ÍNDICE GERAL – PROPOSTAS 01 A 81

Projeto de Lei de Iniciativa Popular: Reforma Administrativa, do Judiciário e Reparação Histórica do Erário

PROPOSTA 01 – REFORMA ADMINISTRATIVA

Tipo: PEC + PLP + PL

Consolida ministérios com funções sobrepostas, estabelece teto remuneratório, condiciona estabilidade a avaliações de desempenho e implementa gestão por resultados na administração pública. Modernizar o Estado, otimizar a gestão pública, reduzir custos e direcionar recursos para áreas prioritárias (Saúde, Educação e Segurança), promovendo eficiência, meritocracia e transparência. **TRAZEMOS JUSTIÇA SOCIAL AO NOSSO POVO! SEM PRIVILÉGIOS!**

PROPOSTA 02 – REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO, COM RETROATIVIDADE, PRISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA E FIM DAS TURMAS DO STF

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa Geral: Estabelece teto salarial de 10 salários-mínimos, unifica o regime previdenciário dos magistrados ao RGPS/INSS, extingue auxílio-moradia, férias de 60 dias e todos os penduricalhos, institui jornada de 40 horas semanais, CPI do Judiciário e transparência radical. **Extingue as duas Turmas do STF, que passa a deliberar exclusivamente em Plenário, como colegiado único, e determina que toda decisão monocrática seja obrigatoriamente submetida ao Plenário em até 7 dias corridos, sob pena de perda imediata de**

eficácia, nulidade de pleno direito e responsabilização funcional e criminal. DETERMINA RETROATIVIDADE PENAL E ADMINISTRATIVA DESDE 05/10/1988 (CF/88), INSTITUI PENAS DE RECLUSÃO DE 15 A 40 ANOS EM REGIME INICIAL FECHADO (SEM PROGRESSÃO, SEM INDULTO, SEM SAIDINHA), CONFISCO TOTAL E ALARGADO DE BENS (DO CONDENADO, CÔNJUGE, PARENTES ATÉ 3º GRAU E LARANJAS), PRISÃO PREVENTIVA OBRIGATÓRIA, EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA EM SEGUNDA INSTÂNCIA E EXTINÇÃO DO FORO PRIVILEGIADO PARA MAGISTRADOS.

PROPOSTA 03 – PARCIALIDADE DO JUIZ, RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO E DEFESA JUSTA (Lei TRI-JUS)

Tipo: PEC + PLP + PL

Combate a parcialidade judicial e a negligência advocatícia, garantindo o direito de defesa em causas simples sem a obrigatoriedade de advogado. Cria a figura do "Auxiliar Técnico" (contratação de advogado apenas para consultoria ou elaboração de peças) e responsabiliza civil e criminalmente o profissional que não presta o serviço contratado.

PROPOSTA 04 – PRISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Tipo: PEC + PLP + PL

Permite execução provisória da pena após condenação confirmada em segundo grau, com requisitos de indícios robustos e perigo concreto à ordem pública. **FIM DA IMPUNIDADE! EM HOMENAGEM A KAKAY!**

PROPOSTA 05 – CRIME HEDIONDO: PECULATO NÃO PRESCREVE

Tipo: PEC + PLP + PL

Equipara peculato e corrupção a crimes hediondos, tornando-os imprescritíveis e estabelecendo regime inicial fechado com pena mínima de 10 anos. **VAMOS PRENDER TODOS OS BANDIDOS DESSA NAÇÃO!**

PROPOSTA 06 – CONSTELAÇÃO NO JUDICIÁRIO

Tipo: PEC + PLP + PL

Introduz constelações familiares como método complementar de resolução de conflitos, com criação de núcleos especializados e formação de magistrados. **TEMOS A OPORTUNIDADE DE QUEBRAR O CICLO FAMILIAR!**

PROPOSTA 07 – TRAIDOR DA PÁTRIA

Tipo: PEC + PLP + PL

Tipifica crime de traição à pátria como hediondo e imprescritível, com pena de 30 anos para colaboração com potência estrangeira contra soberania nacional. **NÃO ACEITAREMOS TRAIDORES DA PÁTRIA EM NOSSA NAÇÃO! HOMENAGEM A LITTLE BANANINHA!**

PROPOSTA 08 – STF: MANDATO DE 12 ANOS

Tipo: PEC + PLP + PL

Estabelece limite de 12 anos para exercício no STF, com aplicação retroativa que abre 5 vagas imediatamente. **FAZEMOS JUSTIÇA TIRANDO DO PODER SEMI-DEUSES!**

PROPOSTA 09 – COMBATE À CORRUPÇÃO, DELAÇÃO PREMIADA, LARANJA E JUÍZES PARCIAIS

Tipo: PEC + PLP + PL

Cria proteção para denunciantes, imprescritibilidade para crimes de corrupção, responsabiliza "laranjas" e aplica mesmo rigor a juízes corruptos. **FAZEMOS JUSTIÇA AO POVO BRASILEIRO!**

PROPOSTA 10 – PRESÍDIOS HUMANOS

Tipo: PEC + PLP + PL

Transforma presídios em Centros de Recuperação Humana com arquitetura terapêutica, trabalho remunerado e foco em reinserção social. **DAMOS DIGNIDADE AO SER HUMANO! FAZEMOS INCLUSÃO SOCIAL!**

PROPOSTA 11 – CRIMES GRAVES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FRAUDES EM LOTERIAS BETS

Tipo: PEC + PLP + PL

Torna crimes graves contra a administração pública inafiançáveis e imprescritíveis, equiparando-os a crimes contra a ordem constitucional. Revoga a Lei 14.790/2023 (bets), institui CPI obrigatória para investigar sorteios da Caixa com prêmios superiores a 50 vezes a arrecadação (1985–2026), tipifica a fraude em sistemas lotéricos e a exploração ilegal de jogos de azar como crimes hediondos com pena mínima de 10 anos em regime fechado, vedada a progressão, e cria o Fundo de Reparação (FRAB) com 100% dos confiscos para indenizar vítimas, tratar

dependência no SUS e financiar campanhas educativas.

PROPOSTA 12 – FORÇAS ARMADAS

Tipo: PL

Consolida direitos e deveres dos militares em legislação única, mantendo regime jurídico próprio sem criar novos benefícios. **SEREMOS UM SÓ POVO!**

PROPOSTA 13 – LEGISLATIVO

PACOTE DE REFORMA DO PODER LEGISLATIVO COM RESPONSABILIDADE FISCAL, TRANSPARÊNCIA RADICAL, CONTROLE DE FREQUÊNCIA, SUPRESSÃO DE PRIVILÉGIOS E REPARAÇÃO HISTÓRICA DO ERÁRIO

Tipo: PEC 13 + PLP 13-A + PL 13-B

Ementa Geral: Institui o mais rigoroso código de conduta, transparência e produtividade para o Parlamento brasileiro. Fixa carga horária mínima de 40 horas semanais com ponto eletrônico e desconto salarial por falta injustificada. Enxuga a Cota Parlamentar (CEAP) para R$ 10 mil/mês, exige prestação de contas com nota fiscal, auditoria prévia e transparência diária. Obriga voos domésticos e internacionais em classe econômica, condiciona viagens externas à aprovação em Plenário e à comprovação de benefício ao Brasil, e só reembolsa despesas mediante relatório detalhado do trabalho realizado, registrado em ata. Determina locação de veículos exclusivamente por cooperativas, com aprovação prévia de valores extras. Cria o Núcleo de Apoio Técnico (NAT) para suporte a obras, com liberação de recursos apenas após comprovação física da execução. Tipifica o desvio de verbas públicas como crime hediondo e imprescritível. Institui a CPI da Reparação Histórica (1985-2026) com poderes de confisco alargado, inversão do ônus da prova e devolução integral dos valores ao povo brasileiro. Toda a economia e recursos recuperados são destinados exclusivamente a saúde, educação, moradia, infraestrutura e geração de emprego – priorizando o trabalhador, base da pirâmide social, e o desenvolvimento soberano do Brasil.

PROPOSTA 14 – UNIFICAÇÃO PREVIDENCIÁRIA COM VALORIZAÇÃO REAL DO APOSENTADO

Tipo: PEC + PLP + PL

PILAR 1 – UNIFICAÇÃO (FIM DOS PRIVILÉGIOS) – Extingue todos os regimes próprios (Judiciário, Legislativo, MP, Forças Armadas etc.) para novos ingressantes. Todos vão para o INSS, com teto, idade mínima e regras do trabalhador privado. Atuais servidores: direito adquirido, mas com alíquotas extras sobre proventos acima do teto do RGPS.

PILAR 2 – VALORIZAÇÃO REAL DO POVO – Reajuste: INPC + crescimento do PIB (nunca menor que o do salário mínimo). Recomposição histórica: +5% a cada 5 anos sobre o benefício (desde 1994), parcelado. Cálculo: média de todas as contribuições (sem descarte), 70% + 1,5% por ano extra, e fim do fator previdenciário. Teto do RGPS também corrigido com ganho real.

FINANCIAMENTO (FUNDO FNJP) – 10% dos dividendos + 5% da CIDE-mineração + 20% das terras raras.

RESULTADO-CHAVE – Castas perdem privilégios (nivelamento por baixo). O povo ganha aposentadoria com ganho real (nivelamento por cima).

PROPOSTA 15 – REDUÇÃO DO NÚMERO DE PARLAMENTARES

Tipo: PEC + PLP + PL

Reduz Câmara para 260 deputados e Senado para 54 membros, com economia estimada de R$ 3-4 bilhões/ano. **SEJAMOS JUSTOS COM NOSSO POVO! PARTIDO POLÍTICO SÓ EXISTE PARA ROUBAR DINHEIRO PÚBLICO! POIS O ÚNICO SENTIDO É O BEM-ESTAR DO POVO BRASILEIRO!**

PROPOSTA 16 – VOTO DISTRITAL

Tipo: PEC + PLP + PL
Institui sistema misto com metade das vagas por distritos uninominais e metade por listas partidárias fechadas. **UMA FORMA DEMOCRÁTICA! MAS O OBJETIVO É UM SÓ, O BEM-ESTAR DO POVO BRASILEIRO!**

PROPOSTA 17 – VÍNCULO COM O ESTADO DE 5 ANOS PARA CANDIDATURA

Tipo: PEC + PLP + PL

Exige domicílio eleitoral na circunscrição por 5 anos para candidaturas a cargos eletivos, combatendo turismo eleitoral. **ACABOU A HIPOCRISIA!**

PROPOSTA 18 – REFORMA FISCAL (JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E FIM DO RENTISMO)

Tipo: PEC + PLP + PL

Institui a CSRP com alíquotas progressivas (isento, 20%, 30%, 40%, 50%, 60%) sobre lucros, dividendos, aluguéis, aplicações financeiras, heranças e ganhos de capital; isenta IRPF do trabalho até R$ 7 mil; e cria o Fundo Nacional de Reparação Social (FNRS) com R$ 150 a 200 bilhões/ano para saúde, educação, moradia e emprego. **FAZEMOS JUSTIÇA AO POVO BRASILEIRO! FIM DO RENTISMO! O ERÁRIO COBRA SUA PARTE E O POVO TRABALHA!**

PROPOSTA 19 – COAF

Tipo: PEC + PLP + PL

Transforma COAF em Autoridade Nacional de Inteligência Financeira autônoma, com poderes ampliados e blindagem contra interferências. **FIM DA BANDIDAGEM!**

PROPOSTA 20 – PENSÃO PARA FILHAS SOLTEIRAS

Tipo: PL

Reforma regras de pensão por morte, limitando benefícios a critérios objetivos de idade e estudo, extinguindo direito vitalício para filhas solteiras. **FAZEMOS JUSTIÇA A QUEM REALMENTE PRECISA!**

PROPOSTA 21 – CONTROLE DOS JUROS, TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

Tipo: PEC + PLP + PL

Estabelece teto para juros de cartão de crédito, empréstimos e cheque especial; torna obrigatório o atendimento humano com pessoa física em horário comercial para negociação de dívidas; veda práticas enganosas de parcelamento que ocultem o valor total real da dívida; institui sanções duras como multa de até 20% do faturamento bruto, responsabilização objetiva por danos morais e materiais, e censura pública; obriga o Banco Central a fiscalizar bancos físicos e digitais com as mesmas regras; cria o Índice de Justiça Financeira (IJF) e ouvidoria específica com prazo de 15 dias para resposta.

PROPOSTA 22 – BANCO CENTRAL

Tipo: PEC + PLP

Reintegra BC ao Poder Executivo, adicionando objetivos de desenvolvimento e emprego além da estabilidade de preços. **COM A FUNÇÃO SOCIAL DO BC E NÃO FAVORECER O MERCADO FINANCEIRO (FARIA LIMA) E SIM O POVO BRASILEIRO!**

PROPOSTA 23 – JUSTIÇA FINANCEIRA

Tipo: PEC + PLP + PL
Cria o Tribunal Nacional de Crimes Financeiros com poder para intervir em instituições que praticarem juros abusivos. **ABRANGEMOS TODOS OS BRASILEIROS!**

PROPOSTA 24 – CONAB

Tipo: PEC + PLP

Fortalecimento da Companhia Nacional de Abastecimento para atuar no controle de preços e formação de estoques reguladores. **ESSE É O SENTIDO DE UM PAÍS JUSTO COM SEU POVO! EM PRIMEIRO LUGAR, O BEM-ESTAR DO NOSSO POVO!**

PROPOSTA 25 – CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS

Tipo: PLP

Estabelece critérios técnicos e econômicos rigorosos para criação de novos municípios, evitando fragmentação sem viabilidade. **SEJAMOS JUSTOS!**

PROPOSTA 26 – APLICATIVO ESTATAL E COOPERATIVAS DIGITAIS

Tipo: PLP + PL

Desenvolve aplicativo estatal unificado para serviços públicos, acabando com a escravidão moderna das grandes plataformas privadas. Cada cooperativa terá autonomia para definir suas regras, mas seguindo princípios de equidade e transparência. Taxa de serviço limitada a 10% (contra 25-35% das grandes plataformas). Fim da precarização: trabalhadores recebem até 85% do valor dos serviços. **O ÚNICO SENTIDO DE EXISTIR O ESTADO É CUIDAR DO SEU POVO!**

A inclusão do financiamento direto com desconto semanal é essencial para garantir que os trabalhadores cooperados tenham acesso real a veículos e equipamentos que viabilizem sua atividade, sem a necessidade de recorrer a bancos tradicionais com juros abusivos.

Benefícios:

- **Acessibilidade:** juros de 0,5% ao mês são infinitamente menores que as taxas praticadas no mercado (chegando a 3% a 5% ao mês para pessoas físicas).
- **Desconto automático na fonte:** evita que o cooperado precise se preocupar com boletos, vencimentos e multas; o desconto ocorre no momento do recebimento, de forma proporcional à renda semanal, garantindo maior controle financeiro.
- **Fundo Garantidor:** o fundo de R$ 1 bilhão reduz o risco para os bancos, permitindo que eles ofereçam condições mais favoráveis e que operem com menos burocracia.
- **Justiça social:** ao dispensar entrada e suspender descontos para cooperados do CadÚnico, a lei protege os mais vulneráveis, evitando o endividamento excessivo.
- **Estímulo à indústria nacional:** ao vincular a linha a montadoras nacionais como a Nova Gurgel (Proposta 55), a medida fortalece a produção local, a geração de empregos e a soberania tecnológica.

PROPOSTA 27 – ISENÇÃO FISCAL

Tipo: PEC + PLP + PL
Revisa e extingue isenções fiscais para setores privilegiados, mantendo apenas benefícios com comprovado impacto social. A presente Proposta de Emenda à Constituição visa fortalecer os alicerces da nossa democracia representativa, resgatando a essência do vínculo entre o representante e a comunidade que ele almeja representar.

PROPOSTA 28 – MARCO LEGAL ANTI GOLPES E CONTROLES DIGITAIS DAS BIG TECHS

Tipo: PEC + PLP + PL

Exige que plataformas digitais e seus administradores respondam criminalmente por fraudes, violência e discurso de ódio, com algoritmos submetidos à auditoria estatal obrigatória e entrega do código-fonte ao governo. Prevê multas de até 30% do faturamento, banimento definitivo e penas de até 30 anos para criminosos digitais – com crimes de nazismo e racismo digital tipificados como inafiançáveis e imprescritíveis. Institui educação digital obrigatória. **OBJETIVO: SERMOS UM PAÍS SOBERANO E LIVRE DE CRIMES DIGITAIS! HOMENAGEM A G. MENDES!**

PROPOSTA 29 – CANDIDATURA INDEPENDENTE

Tipo: PEC + PLP + PL

Permite candidaturas sem filiação partidária, com requisitos de assinaturas e apoio comunitário. **QUE OS REVOLUCIONÁRIOS TENHAM A OPORTUNIDADE DE MUDAR ESSA NAÇÃO! PARTIDO POLÍTICO SÓ EXISTE PARA ROUBAR DINHEIRO PÚBLICO!**

PROPOSTA 30 – FORO DE PRERROGATIVAS

Tipo: PEC + PLP

Extingue foro privilegiado para todas as autoridades, sujeitando-as à Justiça comum. **TEMOS A OPORTUNIDADE DE SERMOS IGUAIS!**

PROPOSTA 31 – FUNDO ELEITORAL E PARTIDÁRIO: EXTINÇÃO, DEVOLUÇÃO DE SOBRAS AO ERÁRIO E RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa geral: Acaba com o Fundo Eleitoral e o Fundo Partidário, institui financiamento exclusivo por pessoas físicas com limites rígidos, e estabelece a obrigação de os partidos políticos devolverem ao Erário todo o saldo remanescente, após a comprovação integral da quitação de débitos trabalhistas, previdenciários e fiscais, sob pena de responsabilização criminal, inabilitação e multas severas. **PARTIDO POLÍTICO SÓ EXISTE PARA SERVIR AO POVO, NÃO PARA ROUBAR DINHEIRO PÚBLICO!**

PROPOSTA 32 – CARGOS DO PRIMEIRO AO TERCEIRO ESCALÃO

Tipo: PEC + PLP

Estabelece critérios técnicos para nomeações, com avaliação de mérito e experiência comprovada. Serão preenchidas por concurso público! **ACABOU O CABIDE DE EMPREGO! CONCURSO PÚBLICO DO PRIMEIRO AO TERCEIRO ESCALÃO!**

PROPOSTA 33 – IPVA SOBRE BENS DE LUXO

Tipo: PEC + PLP + PL

Implementa alíquotas progressivas de IPVA para veículos de luxo e alta cilindrada. **ACABOU A HIPOCRISIA DESSE PAÍS! NÃO SUSTENTAMOS MAIS AS OLIGARQUIAS, AS CLEPTOCRACIAS E AS CASTAS DESSE PAÍS!**

PROPOSTA 34 – ISENÇÃO FISCAL PARA IGREJAS

Tipo: PEC + PLP + PL

Mantém imunidade tributária condicionada à prestação de contas e comprovação de atividades sociais. **ACABOU A LAVANDERIA DE DINHEIRO ILÍCITO!**

PROPOSTA 35 – RÁDIO E TV: FIM DO MONOPÓLIO NAS CONCESSÕES

Tipo: PEC + PLP

Desconcentrar concessões de mídia, limitando número de outorgas por mesmo grupo empresarial. **ACABAMOS COM AS OLIGARQUIAS!**

PROPOSTA 36 – INVESTIGAÇÃO DE ONGs

Tipo: PEC + PLP + PL

Fortalecimento da fiscalização sobre ONGs, com auditoria regular de recursos públicos recebidos. **VAMOS BUSCAR TODOS QUE APROPRIARAM DO DINHEIRO PÚBLICO ILEGALMENTE!**

PROPOSTA 37 – FRAUDES EM PRIVATIZAÇÕES

Tipo: PEC + PLP

Cria comissão para reavaliar processos de privatização com indícios de irregularidades. **VAMOS FAZER JUSTIÇA AO POVO BRASILEIRO ONDE A PRIVATIZAÇÃO NOS TIRA O DIREITO À SOBERANIA!**

PROPOSTA 38 – CPI DA DÍVIDA PÚBLICA

Tipo: PEC + PLP + PL

Instaura CPI para investigar composição e legitimidade da dívida pública brasileira. **PEGAMOS TODOS OS BANDIDOS QUE LUCRAM COM O SISTEMA!**

PROPOSTA 39 – CONSELHEIROS ESTATAIS

Tipo: PEC + PLP

Exige qualificação técnica para conselheiros de estatais com processo seletivo transparente. **O OBJETIVO É SERMOS UM PAÍS EFICIENTE! HOMENAGEM A G. MENDES!**

PROPOSTA 40 – IA NO COMBATE À CORRUPÇÃO

Tipo: PEC + PLP + PL

Implementar sistemas de inteligência artificial para cruzar dados e identificar irregularidades. **PODEMOS TER UM ALIADO EM POTENCIAL PARA O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO!**

PROPOSTA 41 – DESMATAMENTO ILEGAL

Tipo: PEC + PLP + PL

Criar uma força-tarefa permanente com satélites e inteligência para combate ao desmatamento. Vira crime hediondo. **VAMOS SALVAR NOSSAS FLORESTAS E VIVER EM HARMONIA COM A NATUREZA!**

PROPOSTA 42 – MINERAÇÃO

Tipo: PEC + PLP + PL

Regulamenta atividade mineral com royalties justos e compensação ambiental ampliada. **ACABAMOS COM O CAPITALISMO SELVAGEM ONDE O LUCRO ACIMA DE TUDO NÃO PREVALECERÁ!**

PROPOSTA 43 – AGROTÓXICO

Tipo: PEC + PLP + PL

Restringe uso de agrotóxicos proibidos em outros países e incentiva transição agroecológica. **TRAZEMOS SEGURANÇA ALIMENTAR ONDE O AGRO NÃO É POP!**

PROPOSTA 44 – DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS

Tipo: PEC + PLP + PL

Institui a Política Nacional de Aproveitamento Integral de Resíduos (PNAIR) e o Programa Nacional de Aproveitamento Alimentar e Combate ao Desperdício (PNACD). Obriga restaurantes, supermercados, padarias e buffets a doarem sobras próprias para consumo humano na hierarquia: 1º PESSOA → 2º ANIMAL → 3º ADUBO. Cria o Sistema Nacional de Pontos de Coleta Inteligentes (SNPCI) com

máquinas que remuneram o cidadão por recicláveis. Meta de 100% de reciclagem em 10 anos, proibição de sacolas plásticas em 2 anos e de isopor em 5 anos. Institui a CIDE-Reciclagem e o Fundo Nacional de Aproveitamento Integral (FNAI). **FAZEMOS JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL! O PRIMEIRO DESTINO DO ALIMENTO É O PRATO DE QUEM TEM FOME!**

PROPOSTA 45 – ULTRAPROCESSADOS

Tipo: PL

Aplica tributação extra e restrição publicitária a alimentos ultraprocessados. **O DINHEIRO ACIMA DE TUDO ACABOU! A SAÚDE DE NOSSO POVO NÃO TEM PREÇO!**

PROPOSTA 46 – LIBERAÇÃO DA CANNABIS **Tipo: PEC + PLP + PL**

Regulamenta cultivo e uso medicinal da cannabis, com produção pública. **É UMA QUESTÃO DE BOM SENSO! O ÁLCOOL COMPROVADAMENTE É O QUE APRESENTA MAIOR ÍNDICE DE DESTRUIÇÃO FAMILIAR!**

PROPOSTA 47 – FLÚOR: BANIMENTO

Tipo: PEC + PLP + PL

Proíbe adição compulsória de flúor na água potável, mantendo apenas aplicação tópica supervisionada. **FOMOS ENGANADOS COM UM REJEITO DA INDÚSTRIA! O LOBISMO ASSASSINO POUCO SE IMPORTA COM A VIDA HUMANA!**

PROPOSTA 48 – PEC MALAFAIA

Tipo: PEC + PLP + PL

Regulamenta a relação Estado-Igrejas, mantendo imunidade tributária com contrapartidas sociais. **AOS FALSOS CRISTÃOS! O VERDADEIRO DEUS ESTÁ DENTRO DE VOCÊ! DEUS 0800!**

PROPOSTA 49 – ESCRAVIDÃO / TRABALHO ANÁLOGO

Tipo: PEC + PLP + PL

Tipifica trabalho análogo à escravidão como crime hediondo e imprescritível. **VAMOS FAZER COM QUEM SENTE COM OS OLHOS, SENTIR NA PELE!**

PROPOSTA 50 – REFORMA AGRÁRIA

Tipo: PEC + PLP + PL

Acelera desapropriação de latifúndios improdutivos para assentamento familiar. **FAZEMOS JUSTIÇA AO POVO BRASILEIRO! DAMOS O QUE É POR DIREITO!**

PROPOSTA 51 – SALÁRIO-MÍNIMO

Tipo: PEC + PLP + PL

Vincula reajuste a índices de custo de vida e produtividade nacional. Em 5 anos, passará a ser no mínimo 10% do valor de um ministro (R$ 4.637). **BUSCAMOS O MÍNIMO DE IGUALDADE AOS VULGOS REPRESENTANTES!**

PROPOSTA 52 – IA PARA INCLUSÃO FINANCEIRA

Tipo: PEC + PLP + PL

Usa inteligência artificial para ampliar acesso a crédito a populações subatendidas. **TODOS SOMOS UM SÓ! DIREITO À INCLUSÃO!**

PROPOSTA 53 – ESCALA 5X2

Tipo: PEC + PLP + PL

Estabelece jornada padrão de 5x2 com dois dias consecutivos de descanso. Fixa teto de 40 horas semanais (redução para 36 horas em 5 anos). Garante desconexão digital, intervalo mínimo de 11 horas, almoço de 1 hora, trabalho em dia de descanso pago em dobro com folga bonificada. **#UM SÓ POVO**

PROPOSTA 54 – BRASIL AUTOSSUFICIENTE

Tipo: PEC + PLP + PL

Fomenta a produção nacional de insumos estratégicos como medicamentos e fertilizantes. **REPRESENTA A INDEPENDÊNCIA DE NOSSO POVO! ONDE A FUNÇÃO DO ESTADO É CUIDAR DO SEU POVO!**

PROPOSTA 55 – GURGEL MOTORS E MUSEU

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Resgata a marca Gurgel, lançando carros e motos elétricos com valor popular e isenção fiscal. Cria o Museu Nacional Gurgel da Indústria Automotiva, em São Bernardo do Campo (SP), como marco inovador e ato de resgate à indústria nacional destruída pelo governo Collor. Institui a obrigação de fornecimento de veículos a preço de custo para o aparato estatal. Garante acesso à mobilidade elétrica para a população civil, com descontos progressivos para baixa renda, taxistas, motoristas de aplicativo e entregadores, e fabricação de motos elétricas. Resgata e restaura as frotas históricas da Gurgel como patrimônio industrial. **Todas as contratações da Nova Gurgel S.A. serão feitas por concurso público destinado exclusivamente a brasileiros natos ou naturalizados há pelo menos 5 (cinco) anos, com efetivação após estágio probatório e comprovada necessidade operacional.**

PROPOSTA 56 – MALHA FERROVIÁRIA

Tipo: PEC + PLP + PL

Retoma expansão da malha ferroviária para transporte de carga e passageiros. **DO OIAPOQUE AO CHUÍ! UM MARCO EM NOSSA ECONOMIA TRAZENDO OTIMIZAÇÃO E PREÇOS PARA COMPETIR COM O MERCADO INTERNACIONAL!**

PROPOSTA 57 – DESPOLUIÇÃO DE RIOS

Tipo: PEC + PLP + PL

Implementa programa nacional de despoluição de bacias hidrográficas. **É UMA OBRIGAÇÃO DO SER VIVER EM HARMONIA COM SEU MEIO AMBIENTE! TRAZEMOS VIDA A ALGO QUE ESTÁ MORTO!**

PROPOSTA 58 – CANAL DE COMUNICAÇÃO DA EBC

Tipo: PEC + PLP + PL

Fortalecimento da Empresa Brasil de Comunicação como mídia pública independente. **FAZEMOS JUS À TELEDRAMATURGIA NACIONAL! VALORIZANDO A ARTE NACIONAL!**

PROPOSTA 59 – FAST FOOD: IMAGENS REAIS

Tipo: PL

Obriga divulgação de imagens reais de produtos em propagandas de fast-food. **COMEMOS COM OS OLHOS! SENDO ASSIM, SOMOS ENGANADOS PELA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA!**

PROPOSTA 60 – REGULAMENTAÇÃO DO LOBBY

Tipo: PEC + PLP + PL

Torna obrigatório registro público de atividades de lobby e influência, com regras e punições rígidas.

PROPOSTA 61 – CONFISCO DE BENS DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

Tipo: PEC + PLP + PL

Amplia possibilidade de confisco sem condenação para bens de organizações criminosas. **ATACAMOS QUEM REALMENTE LUCRA COM A BANDIDAGEM! OS ENGRAVATADOS QUE DESFRUTAM DO QUE HÁ DE MELHOR NESSA VIDA!**

PROPOSTA 62 – PREJUÍZO AO ERÁRIO E CONTROLE TOTAL DOS CARTÕES CORPORATIVOS

Tipo: PEC + PLP + PL

Cria o Sistema Nacional de Proteção ao Erário Público e institui o Regime Jurídico de Controle Total dos Cartões Corporativos da União, Estados e Municípios. Estabelece a proibição de saques em espécie como regra geral, admitindo exceção apenas em casos de comprovada impossibilidade de pagamento eletrônico (com prestação de contas rígida em 48h), lista taxativa de despesas, transparência em tempo real, auditoria por inteligência artificial, pena de 10 anos em regime inicial fechado e devolução em dobro do valor desviado.Para responsabilizar agentes que causem danos ao patrimônio público e recuperar ativos desviados desde a redemocratização (R$ 1,1 trilhão).

FIM DA MAMATA! O DINHEIRO PÚBLICO TEM DONO: O POVO BRASILEIRO!

PROPOSTA 63 – PORTE DE ARMAS

Tipo: PEC + PLP + PL

Mantém restrições ao porte com foco em controle rígido e registro centralizado. Campanha Nacional pelo DESARMAMENTO. **#DesarmamentoJá #ControleDeArmas #PazPeloDesarmamento #SomosUmSóPovo**

PROPOSTA 64 – DÍVIDA PÚBLICA: DIRETRIZES E PREMISSAS

Tipo: PEC + PLP + PL

Estabelece regras transparentes para renegociação da dívida pública, com dação em pagamento com bens estratégicos. **#DívidaJusta #TransparênciaFiscal #SoberaniaFinanceira #SomosUmSóPovo**

PROPOSTA 65 – TERRAS RARAS

Tipo: PEC + PLP + PL

Cria estatal para exploração de terras raras com controle nacional estratégico, vedada a exportação in natura. **#TerrasRaras #SoberaniaNacional #DesenvolvimentoTecnológico #SomosUmSóPovo**

PROPOSTA 66 – PLEBISCITO PARA ATIVOS E SERVIÇOS ESSENCIAIS

Tipo: PEC + PLP

Exige consulta popular para privatização de serviços essenciais. **POR ISSO CRIAMOS ESSA LEI! PARA DEFENDER A SOBERANIA DO POVO BRASILEIRO!**

PROPOSTA 67 – DATA CENTER

Tipo: PEC + PLP + PL

Instala data-centers estatais para soberania digital e armazenamento de dados públicos. **A SEGURANÇA DE NOSSO POVO TEM QUE SER UMA PREOCUPAÇÃO DO ESTADO! SOBERANIA SEMPRE!**

PROPOSTA 68 – ARBORIZAÇÃO FRUTÍFERA

Tipo: PEC + PLP

Incentiva plantio de árvores frutíferas em espaço urbano para segurança alimentar.

PROPOSTA 69 – ESTATUTO DA DIGNIDADE ANIMAL

Tipo: PEC + PLP + PL

Institui o Estatuto da Dignidade Animal, com normas obrigatórias para criação, transporte e abate, baseado na senciência animal e no princípio in dubio pro animal.

PROPOSTA 70 – PROJETO EDUCACIONAL "FORMANDO DONOS DO FUTURO"

Tipo: PEC + PLP + PL

Institui programa com diretrizes, metodologias e inovações, detalhando a estrutura de cada fase educacional, sistema de apoio contínuo e mecanismos de parceria.

PROPOSTA 71 – EDUCAÇÃO: CIEPs PAULO FREIRE **Tipo: PEC + PLP + PL**

Recria modelo de escolas integrais com atividades culturais e esportivas.
RESGATAMOS A ESSÊNCIA DE DARCY RIBEIRO, BRIZOLA E PAULO FREIRE, ENEIAS, ÍCONES IGNORADOS PELO SISTEMA!

PROPOSTA 72 – CRECHES VIVAS

Tipo: PEC + PLP + PL

Transforma creches em espaços comunitários com participação familiar. **DAMOS DIGNIDADE ÀS MÃES E PROTEGEMOS A PRIMEIRA INFÂNCIA! JAMAIS SERÁ ESCRAVO DO SISTEMA!**

PROPOSTA 73 – VILAS SUSTENTÁVEIS ECOLÓGICAS URBANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA

Tipo: PEC + PLP + PL

Urbaniza favelas com verticalização (até 5 andares) e infraestrutura completa (escolas, UPA 24h, UBS, comércio, lazer). Gestão por Conselho Gestor Comunitário (50% moradores eleitos). O dinheiro da comunidade fica na comunidade.

PROPOSTA 74 – SUS CONTRA FRAUDE

Tipo: PEC + PLP

Sistema de inteligência para identificar fraudes em saúde suplementar. Cria o "SUS Justo" com blockchain, IA preditiva e atendimento prioritário integral para idosos. Economia anual estimada: R$ 50 bilhões. **#SUSJusto #CombateÀFraude #SaúdeParaTodos #SomosUmSóPovo**

PROPOSTA 75 – PATENTES DE MEDICAMENTOS

Tipo: PL

Flexibiliza patentes de medicamentos essenciais para produção pública. **A SAÚDE DE UM POVO NÃO TEM PREÇO!**

PROPOSTA 76 – PLATAFORMA SUS DIGITAL 360

Tipo: PEC + PLP + PL

Institui a Plataforma Nacional de Saúde Integrada com o Prontuário Eletrônico Nacional (PEN), garantindo interoperabilidade, segurança e controle do cidadão sobre seus dados.

PROPOSTA 77 – SISTEMA INTEGRADO DE DIAGNÓSTICO PRECOCE

Tipo: PL

Usa IA para diagnóstico precoce de doenças em unidades básicas. **"O Brasil que aprende, ensina. O Brasil que pesquisa, transforma. O Brasil que inova, lidera."**

PROPOSTA 78 – INCLUSÃO DAS PRÁTICAS ANCESTRAIS

Tipo: PEC + PLP

Reconhece e incorpora práticas tradicionais de saúde no SUS. **UM RECONHECIMENTO AOS NOSSOS ANCESTRAIS QUE TÊM A CURA ATRAVÉS DA NATUREZA! CURAMOS A ALMA!**

PROPOSTA 79 – PET AMIGO

Tipo: PL

Hospital Público, programa de adoção animal com apoio veterinário gratuito para famílias do CadÚnico e urgências. **TERÁ SEU ATENDIMENTO GARANTIDO!**

PROPOSTA 80 – FIM DO PLANO DE SAÚDE NOS TRÊS PODERES

Tipo: PL

Unifica sistema de saúde para todos os poderes no SUS, extinguindo planos privados. **SOMOS TODOS IGUAIS PERANTE NOSSA CONSTITUIÇÃO! TODOS TERÃO A SAÚDE QUE O POVO TEM!**

PROPOSTA 81 – POLÍTICA DE DANOS NO SUS

Tipo: PEC + PLP + PL

Implementa programa baseado em evidências científicas para abordagem do uso de drogas com foco na redução de danos e cuidado integral, transformando a questão criminal em questão de saúde pública.

PARTE I – DIAGNÓSTICO: O PREJUÍZO HISTÓRICO AO ERÁRIO (1985–2025)

1.1. Contextualização e Metodologia de Cálculo

Desde o processo de redemocratização, o Estado brasileiro foi palco de múltiplos mecanismos que resultaram na perda, desvalorização ou renúncia de ativos públicos sem a devida contrapartida social. O montante de **R$ 1,1 trilhão** foi calculado com base em dados de órgãos oficiais, como Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria-Geral da União (CGU) e estudos legislativos.

1.2. Principais Fatores Geradores do Passivo

Categoria de Prejuízo	Descrição	Estimativa
Privatizações Subvalorizadas	Vale do Rio Doce (vendida por R$ 3,3 bi, valor de mercado superior a R$ 100 bi)	R$ 450 bi
Renúncias Fiscais sem Contrapartida	Isenções e subsídios concedidos sem avaliação de impacto social	R$ 300 bi
Corrupção e Desvios	Operação Lava Jato e outros escândalos	R$ 200 bi
Juros e Rolação da Dívida	Pagamento de juros sobre dívida pública com componentes ilegítimos	R$ 150 bi
TOTAL ESTIMADO		**R$ 1,1 TRILHÃO**

1.3. Impacto Social e Econômico

O montante de R$ 1,1 trilhão equivale ao custo de construir 4,5 milhões de salas de aula, ou financiar integralmente o SUS por mais de três anos, ou ainda viabilizar um programa nacional de saneamento básico universal.

PARTE III – CLASSIFICAÇÃO COMPLETA DAS PROPOSTAS

RESUMO ESTATÍSTICO GERAL

Parte	Quantidade
I - Reforma Administrativa e do Serviço Público	8
II - Reforma do Poder Judiciário	10
III - Reforma do Poder Legislativo	5
IV - Combate à Corrupção e Crimes Graves	10
V - Reforma Tributária, Econômica e Financeira	13
VI - Direitos Sociais, Trabalho e Previdência	13
VII - Saúde Pública e Políticas de Drogas	8
VIII - Meio Ambiente, Sustentabilidade e Recursos Naturais	5
IX - Tecnologia, Comunicação e Inovação	7
X - Controle de Armas e Segurança Pública	1
XI - Defesa e Soberania Nacional	2
TOTAL	**81**

CLASSIFICAÇÃO POR TIPO DE PROJETO

Tipo	Quantidade
PEC	71
PLP	73
PL	65
Total de proposições	**209**

PARTE IV – IMPACTO FISCAL E DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS (CONSOLIDADO)

4.1 Fontes de Recursos Adicionais

Fonte	Estimativa Anual (R$ bilhões)	Destinação principal
Economia com reformas (corte de gastos)	44 a 65	Saúde, Educação, Segurança, Assistência, Controle
Arrecadação CSRP (Proposta 18)	150 a 200	FNRS (30% Saúde, 30% Educação, 20% Moradia, 20% Emprego)
CIDE-Reciclagem (Proposta 44)	3 a 5	FNAI (infraestrutura de reciclagem, cooperativas, educação ambiental)
IPVA luxo (Proposta 33)	~5	40% Saúde, 40% Educação, 20% Transporte público

Confiscos e multas (variável)	~20-40 (média)	Fundo de Reparação do Erário, SUS, Educação, indenização a vítimas
TOTAL (piso)	**~202**	–
TOTAL (teto)	**~275**	–

Os valores de confiscos são variáveis; a média estimada de R$ 20-40 bi/ano foi incluída na distribuição abaixo.

4.2 Distribuição Consolidada Anual (piso de R$ 202 bilhões)

Área	Recursos do FNRS	Recursos da Economia	Outras fontes (IPVA, CIDE, confiscos)	Total estimado	% aproximado
Saúde	45 (30% de 150)	9 a 13	2 (IPVA) + 25% confiscos (~5-10)	**~61-70**	**30-35%**
Educação	45 (30%)	8 a 12	2 (IPVA) + 25% confiscos (~5-10)	**~60-69**	**30-34%**
Moradia e Saneamento	30 (20%)	–	–	**30**	**15%**
Geração de Emprego/Renda	30 (20%)	–	–	**30**	**15%**

Segurança Pública	–	6 a 9	50% confiscos (~10-20)	**~16-29**	**8-14%**
Assistência Social	–	4 a 6	–	**4-6**	**2-3%**
Fortalecimento do Controle	–	2 a 3	–	**2-3**	**1-1,5%**
Infraestrutura de Reciclagem	–	–	3-5 (CIDE)	**3-5**	**1,5-2,5%**
Transporte (20% IPVA)	–	–	1	**1**	**0,5%**

Os valores de confiscos foram incluídos como média conservadora de R$ 20 bi/ano (50% para segurança, 25% saúde, 25% educação).

4.3 Impacto Acumulado em 5 Anos (piso)

Área	Investimento 5 anos (R$ bilhões)	Metas alcançáveis
Saúde	~305-350	500 novas UPAs, ampliação do SUS, fila zero para idosos (P. 74)
Educação	~300-345	5.000 CIEPs (P. 71), 600 creches (P. 72), alfabetização digital em massa (P. 70)
Moradia	150	Urbanização de 2.000 favelas (P. 73), 1 milhão de moradias populares

Emprego/Renda	150	2 milhões de empregos via cooperativas, microcrédito e capacitação (P. 18 e 26)
Segurança	~80-145	Modernização das forças, redução do crime organizado, fortalecimento do sistema penitenciário
Reciclagem	15-25	500 mil empregos verdes, 100% de reciclagem em 10 anos (P. 44)
Assistência Social	20-30	Fortalecimento do CadÚnico, ampliação de programas de transferência de renda
Controle	10-15	Mais transparência, combate à corrupção com IA (P. 40) e fortalecimento da CGU/TCU

4.4 Comparativo com o Passivo Histórico

- **Passivo total (1985-2025):** R$ 1,1 trilhão.
- **Investimento adicional anual (piso):** R$ 202 bilhões.
- **Em 5 anos (piso):** R$ 1,01 trilhão – ou seja, **em 5 anos, o projeto gera recursos suficientes para reparar quase todo o passivo histórico**, ao mesmo tempo em que transforma a estrutura do Estado e promove justiça social.

PARTE V – MECANISMOS DE CONTROLE E RESPONSABILIZAÇÃO

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE SOBRE O PATRIMÔNIO PÚBLICO (CNVPP)

- Mapear integralmente privatizações, concessões e renúncias fiscais entre 1985 e 2025.
- Identificar agentes públicos e privados responsáveis por atos lesivos. • Quantificar com precisão os danos ao erário em cada caso.
- Propor ações de responsabilização civil e administrativa.

AUDITORIA PERMANENTE E CONTROLE SOCIAL

- Auditoria contínua da CGU e do TCU.
- Painel de transparência ativa com dados em tempo real.
- Conselhos gestores com participação paritária da sociedade civil.

PARTE II – A SOLUÇÃO: MEDIDAS POR ÁREA (PROPOSTAS 01 A 81)

Abaixo estão todas as 81 propostas com suas ementas e principais medidas detalhadas.

PROPOSTA 01 – REFORMA ADMINISTRATIVA (detalhamento)

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Consolida ministérios com funções sobrepostas, estabelece teto remuneratório, condiciona estabilidade a avaliações de desempenho e implementa gestão por resultados na administração pública.

- Fusão de ministérios com funções sobrepostas (Economia, Gestão, Infraestrutura)
- Teto salarial de 10 salários-mínimos para o serviço público
- Estabilidade condicionada a avaliações semestrais de desempenho • Gestão por resultados com até 50% da remuneração variável vinculada a metas • Extinção do auxílio-moradia e auxílio-alimentação para servidores com renda superior a R$ 10 mil
- Alinhamento previdenciário ao RGPS (idade mínima: 65 anos homens, 62 anos mulheres)

PROPOSTA 02 – REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO, COM RETROATIVIDADE, PRISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA E FIM DAS TURMAS DO STF (detalhamento)

Tipo: PEC + PLP + PL

Objetivo central: acabar com privilégios, reduzir o poder individual dos ministros, fortalecer a colegialidade, punir com rigor crimes de corrupção no Judiciário e recuperar recursos desviados.

1. Fim das Turmas do STF e colegiado único

- Extingue as duas Turmas do STF.
- O STF passa a decidir **exclusivamente em Plenário**, como **colegiado único**.
- Fica proibida a criação de turmas, câmaras ou órgãos fracionários.
- Regimento Interno adaptado em **30 dias**.
- Processos monocráticos pendentes pautados em **15 dias**.

2. Decisão monocrática no Plenário em até 7 dias

- Toda decisão monocrática de ministro do STF deve ir ao Plenário em **até 7 dias corridos**.
- O relator **não pode segurar, sobrestar ou prorrogar** a inclusão em pauta.
- Se o Plenário não decidir em 7 dias, a decisão **perde eficácia desde a origem**.
- A decisão não submetida no prazo é **nula de pleno direito**.
- O descumprimento gera **responsabilização funcional e criminal**.
- Pedido de vista: **3 dias**, com devolução em **5 dias**.

3. Fim dos privilégios

- Teto de **10 salários-mínimos** para todos os magistrados, inclusive ministros do STF.
- Fim de auxílio-moradia, auxílio-alimentação, auxílio-saúde, férias de 60 dias e penduricalhos.
- Previdência unificada ao **RGPS/INSS**.
- Fim da aposentadoria compulsória aos 75 anos.
- Jornada de **40 horas semanais** com ponto biométrico.
- Fim do foro privilegiado para magistrados.

4. Transparência e controle

- Portal Nacional de Transparência do Judiciário com dados em tempo real.
- CPI do Judiciário com poderes de quebra de sigilo.
- SINAD-M: avaliação de desempenho da magistratura.
- Conselho de Cidadãos para auditoria participativa.
- Declaração Pública de Interesses a cada 6 meses.

5. Prisão, penas e confisco

- Prisão imediata em **segunda instância**.
- Penas de **15 a 40 anos** em regime inicial fechado.
- Vedação de progressão, indulto, graça, anistia e saída temporária.
- Dano acima de **10.000 salários-mínimos**: cumprimento em **RDD**.
- Confisco total e alargado: condenado, cônjuge, parentes até 3º grau e laranjas.
- Inversão do ônus da prova: **30 dias** para comprovar origem lícita.
- Prisão preventiva obrigatória.
- Perda automática do cargo e da aposentadoria.
- Cadastro Nacional de Magistrados Condenados.
- **Imprescritibilidade** para corrupção, peculato e lavagem de dinheiro.

6. Retroatividade e destinação dos recursos

- Retroatividade penal e administrativa desde **05/10/1988**.
- Processos arquivados ou já julgados podem ser reabertos.
- Recursos confiscados:
    - **50%** Fundo de Reparação do Erário;
    - **25%** SUS;
    - **25%** Educação.

7. Impacto estimado

- Economia anual: **R$ 15 a 20 bilhões**.
- Recuperação de ativos: **R$ 200 a 400 bilhões** em até 10 anos.
- Maior celeridade, segurança jurídica e fim da morosidade por decisões monocráticas.

Em uma frase:

A Proposta 02 acaba com as Turmas do STF, obriga toda decisão monocrática a passar pelo Plenário em 7 dias, corta privilégios, pune com até 40 anos de cadeia, confisco total e retroatividade desde 1988.

PROPOSTA 03 –PARCIALIDADE DO JUIZ, RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO E DEFESA JUSTA (Lei TRI-JUS) – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Combate a parcialidade judicial e a negligência advocatícia, garantindo o direito de defesa em causas simples sem a obrigatoriedade de advogado. Cria a figura do "Auxiliar Técnico" (contratação de advogado apenas para consultoria ou elaboração de peças) e responsabiliza civil e criminalmente o profissional que não presta o serviço contratado.

Principais Medidas:

- **Fim da Obrigatoriedade Desnecessária (Jus Postulandi Ampliado):** Permite que a pessoa atue em causa própria na Justiça do Trabalho (até a 2ª instância), em causas cíveis de até **40 salários-mínimos** e em divórcios/inventários consensuais de até **100 salários-mínimos**.
- **Criação do "Auxiliar Técnico":** Permite contratar um advogado apenas para elaborar uma petição, dar uma consultoria pontual ou revisar um acordo, sem a obrigação de pagar pela representação total do processo. É o fim do "advogado que só aparece na audiência".
- **Responsabilização Severa do Advogado Negligente:** O profissional que faltar a prazos ou não exercer a devida defesa técnica responderá por danos materiais e morais, terá que devolver os honorários e sofrerá sanções na OAB.
- **Combate à Parcialidade e Privilégios no Judiciário:** Cria o Sistema Nacional de Avaliação de Desempenho da Magistratura (SINAD-M), o Portal Nacional de Decisões (transparência total), Declaração Pública de Interesses dos juízes e **extinção do foro privilegiado** para magistrados.

Impacto Esperado: Redução de custos para o cidadão, desburocratização do Judiciário (economia estimada de R$ 2 a R$ 4 bilhões/ano) e garantia de que o advogado só será obrigatório quando a complexidade da causa realmente exigir. A Justiça passa a ser mais acessível e o profissional que não trabalha é devidamente punido.

PROPOSTA 04 – PRISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Permite execução provisória da pena após condenação confirmada em segundo grau, com requisitos de indícios robustos e perigo concreto à ordem pública.

- Execução provisória da pena após confirmação em segunda instância • Requisitos cumulativos: fumus commissi delicti e periculum libertatis • Decisão colegiada por maioria simples
- Garantia de contraditório e ampla defesa (prazo de 5 dias)
- Tempo de prisão provisória computado para pena final

PROPOSTA 05 – CRIME HEDIONDO: PECULATO NÃO PRESCREVE – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL
Ementa: Equipara peculato e corrupção a crimes hediondos, tornando-os imprescritíveis e estabelecendo regime inicial fechado com pena mínima de 10 anos.

- Peculato e corrupção tornam-se hediondos e imprescritíveis
- Pena mínima de 10 anos em regime inicial fechado
- Vedação de progressão de regime para crimes com dano superior a 100 salários-mínimos
- Pena de 8 a 20 anos de reclusão para peculato
- Aplicação apenas a crimes cometidos após a vigência.

PROPOSTA 06 – CONSTELAÇÃO NO JUDICIÁRIO – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Introduz constelações familiares como método complementar de resolução de conflitos, com criação de núcleos especializados e formação de magistrados.

Observação: Proposta de caráter satírico-propositivo, apresentada como "Justiça Sistêmica e Ancestral".

- Criação do Novo Paradigma Judicial (constelações familiares, psicologia junguiana, xamanismo judicial, justiça restaurativa quântica)
- Reforma da infraestrutura dos fóruns (Torre da Harmonização Familiar, Praça da Justiça Ancestral, Câmaras de Terapia Judicial)
- Instituição de novos agentes (Juiz Constelador, Facilitador Sistêmico Penal, Guardião dos Campos Morfogenéticos)
- Novos rituais (Audiência Pré-Constelar Obrigatória, Sentença em curta metragem, Recurso em Transe Hipnótico)
- Criação da Universidade da Justiça Sistêmica

PROPOSTA 07 – TRAIDOR DA PÁTRIA – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Tipifica crime de traição à pátria como hediondo e imprescritível, com pena de 30 anos para colaboração com potência estrangeira contra soberania nacional.

- Pena máxima de 30 anos de reclusão em regime fechado
- Vedação de anistia, graça, indulto e liberdade condicional
- Condutas tipificadas: espionagem, sabotagem, colaboração hostil, ataque à ordem democrática
- Competência originária do STJ
- Ação penal condicionada à autorização do Ministro da Justiça

PROPOSTA 08 – STF: MANDATO DE 12 ANOS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Estabelece limite de 12 anos para exercício no STF, com aplicação retroativa que abre 5 vagas imediatamente.

- Mandato fixo de 12 anos para Ministros do STF
- Vedação à recondução
- Aplicação retroativa aos atuais ocupantes
- Cronograma escalonado de transição com redução temporária do quórum mínimo para 5 ministros
- Prazos de 30 dias para indicação presidencial e 60 dias para sabatina no Senado

PROPOSTA 09 – COMBATE À CORRUPÇÃO, DELAÇÃO PREMIADA, LARANJA E JUÍZES PARCIAIS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Cria proteção para denunciantes, imprescritibilidade para crimes de corrupção, responsabiliza "laranjas" e aplica mesmo rigor a juízes corruptos.

- Proteção a denunciantes (whistleblowers): anonimato, proteção policial, recompensa de até 5% dos valores recuperados
- Crimes de corrupção, peculato e lavagem de dinheiro tornam-se imprescritíveis • Perda automática do cargo para magistrados condenados
- Confisco administrativo com inversão do ônus da prova
- Fundo Nacional Anticorrupção (10% dos recursos confiscados)
- Responsabilização solidária de "laranjas"
- Sanções severas para pessoas jurídicas (dissolução compulsória, inidoneidade por 20 anos)

PROPOSTA 10 – PRESÍDIOS HUMANOS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Transforma presídios em Centros de Recuperação Humana com arquitetura terapêutica, trabalho remunerado e foco em reinserção social.

- Conversão integral dos presídios em Centros de Recuperação Humana (CRHs) em até 10 anos
- Celas individuais de 12m², ventilação e iluminação naturais
- Plano Individual de Restauração (PIR) para cada recuperando
- Trabalho remunerado com remição de 1 dia de pena a cada 3 dias trabalhados • Conselho Gestor Tripartite (poder público, sociedade civil, recuperandos) • Transmissão ao vivo de áreas coletivas
- Acompanhamento pós-prisão por 3 anos

PROPOSTA 11 – CRIMES GRAVES NA ADMINISTRAÇÃO, FRAUDES EM LOTERIAS E EXPLORAÇÃO ILEGAL JOGOS DE AZAR BETS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Torna crimes graves contra a administração pública inafiançáveis e imprescritíveis, equiparando-os a crimes contra a ordem constitucional. Revoga a Lei 14.790/2023 (bets), institui CPI obrigatória para investigar sorteios da Caixa com prêmios superiores a 50 vezes a arrecadação (1985–2026), tipifica a fraude em sistemas lotéricos e a exploração ilegal de jogos de azar como crimes hediondos com pena mínima de 10 anos em regime fechado, vedada a progressão, e cria o Fundo de Reparação (FRAB) com 100% dos confiscos.

- Crimes hediondos ampliados: corrupção, peculato, lavagem de dinheiro, organização criminosa, fraude em sistemas lotéricos e exploração ilegal de bets/cassinos virtuais – inafiançáveis, imprescritíveis, pena mínima de 10

anos em regime fechado.
- Revogação imediata da Lei das Bets (14.790/2023), com prazo de 180 dias para encerramento total.
- CPI obrigatória das Loterias da Caixa (1985–2026) com poderes de quebra de sigilo.
- Inversão do ônus da prova e confisco alargado.
- Novos tipos penais: Art. 317-A (Fraude em sistema lotérico – 10 a 20 anos) e Art. 317-B (Exploração ilegal de jogo de azar – 10 a 15 anos).
- Criação do Fundo de Reparação aos Atingidos pelas Bets (FRAB) com 100% dos confiscos.

#SomosUmSóPovo #FimDasBets #CPILoteriaCaixa #CrimeHediondo #JustiçaFinanceira

PROPOSTA 12 – FORÇAS ARMADAS – detalhamento

Tipo: PL

Ementa: Consolida direitos e deveres dos militares em legislação única, mantendo regime jurídico próprio sem criar novos benefícios.

- Consolidação da legislação militar (Lei nº 6.880/1980 e normas esparsas) • Remuneração composta por soldos, adicionais e gratificações • Aposentadoria própria com 35 anos (homens) ou 30 anos (mulheres), ou idade mínima de 60 anos
- Proibição de direito de greve e filiação partidária
- Vedação de exercício de outra profissão remunerada sem autorização

PROPOSTA 13 – LEGISLATIVO – detalhamento

PACOTE DE REFORMA DO PODER LEGISLATIVO COM RESPONSABILIDADE FISCAL, TRANSPARÊNCIA RADICAL, CONTROLE DE FREQUÊNCIA, SUPRESSÃO DE PRIVILÉGIOS E REPARAÇÃO HISTÓRICA DO ERÁRIO

Tipo: PEC 13 + PLP 13-A + PL 13-B

Ementa Geral: Institui o mais rigoroso código de conduta, transparência e produtividade para o Parlamento brasileiro. Fixa carga horária mínima de 40 horas semanais com ponto eletrônico e desconto salarial por falta injustificada. Enxuga a Cota Parlamentar (CEAP) para R$ 10 mil/mês, exige prestação de contas com nota fiscal, auditoria prévia e transparência diária. Obriga voos domésticos e internacionais em classe econômica, condiciona viagens externas à aprovação em Plenário e à comprovação de benefício ao Brasil, e só reembolsa despesas mediante relatório detalhado do trabalho realizado, registrado em ata. Determina locação de veículos exclusivamente por cooperativas, com aprovação prévia de valores extras. Cria o Núcleo de Apoio Técnico (NAT) para suporte a obras, com liberação de recursos apenas após comprovação física da execução. Tipifica o desvio de verbas públicas como crime hediondo e imprescritível. Institui a CPI da Reparação Histórica (1985-2026) com poderes de confisco alargado, inversão do ônus da prova e devolução integral dos valores ao povo brasileiro. Toda a economia e recursos recuperados são destinados exclusivamente a saúde, educação, moradia, infraestrutura e geração de emprego – priorizando o trabalhador, base da pirâmide social, e o desenvolvimento soberano do Brasil.

Passivo histórico (1985-2025): R$ 1,1 trilhão.

- **Recuperação estimada em até 10 anos:** R$ 200 a R$ 400 bilhões.
- **Economia anual imediata:** ~R$ 25 bilhões, com potencial de crescimento conforme as investigações da CPI avançarem e a fiscalização se intensifique.

COMPARATIVO COM O PROJETO ORIGINAL (PROPOSTAS 01 A 81)

- A Proposta 13 integra o **Eixo III – Reforma do Poder Legislativo** e agora é complementada por este pacote anticorrupção, de produtividade e reparação histórica.
- As medidas dialogam diretamente com a Proposta 02 (retroatividade penal e confisco alargado), Proposta 05 (crimes hediondos e imprescritibilidade), Proposta 15 (redução de parlamentares) e Proposta 62 (Sistema Nacional de Proteção ao Erário).
- A **CPI da Reparação Histórica** é o braço investigativo que viabiliza a recuperação dos R$ 1,1 trilhão de passivo histórico apontado no

diagnóstico do projeto original, agora com ferramentas adicionais de controle de frequência, transparência de viagens e comprovação de trabalho.

MENSAGEM FINAL

Com a Proposta 13, o Poder Legislativo deixa de ser um espaço de privilégios e impunidade para se tornar o motor da ética, da produtividade e da justiça fiscal e histórica.

O parlamentar passa a cumprir **40 horas semanais com ponto eletrônico** – como qualquer trabalhador brasileiro – e qualquer falta injustificada **desconta do seu salário**. A Cota Parlamentar é enxugada, fiscalizada e transparente. As viagens são em **classe econômica**, só acontecem com **aprovação em Plenário** e o reembolso só sai **com comprovação do trabalho em ata**. Os carros são locados por **cooperativas**, fortalecendo a economia solidária. As obras só recebem dinheiro **com a obra comprovada**, e a Câmara dá suporte técnico para executar bem cada projeto.

E a **CPI da Reparação Histórica** vai investigar **todos os governos desde a redemocratização (Sarney ao atual)** , com poderes para quebrar sigilos, confiscar bens, prender os responsáveis e devolver cada centavo roubado ao povo. Tudo o que for economizado ou recuperado será investido **exclusivamente** em saúde, educação, moradia, infraestrutura e geração de emprego – **priorizando o trabalhador, a base da pirâmide social, e construindo um Brasil mais justo, produtivo, ético e soberano.**

#CargaHorária40h #PontoEletrônico #FaltaGeraDesconto #ClasseEconômicaJá #ViagemComAta #RessarcimentoComProva #CooperativaJá #NAT #ObraComprovada #CPI daReparaçãoHistórica #CrimeHediondo #DevoluçãoObrigatória #TrabalhadorValorizado #DesenvolvimentoNacional #SomosUmSóPovo

PROPOSTA 14 – UNIFICAÇÃO PREVIDENCIÁRIA COM VALORIZAÇÃO REAL DO APOSENTADO– detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Fim dos privilégios das castas – Extingue todos os regimes próprios de previdência (Judiciário, Legislativo, Executivo, Ministério Público, Defensoria, Tribunais de Contas e Forças Armadas) para novos ingressantes, que passarão a ser vinculados obrigatoriamente ao RGPS/INSS, com as mesmas regras do trabalhador comum. Os atuais servidores mantêm direitos adquiridos, mas pagarão alíquotas adicionais sobre proventos acima do teto do RGPS.

Valorização real do RGPS:

- Reajuste anual com ganho real (INPC + crescimento do PIB) ou, no mínimo, o mesmo percentual do salário mínimo.
- Recomposição das perdas históricas desde 1994 (adicional de 5% a cada 5 anos).
- Fim do fator previdenciário e cálculo pela média integral de todas as contribuições, com percentual mínimo de 70% + 1,5% por ano extra.
- Teto do RGPS corrigido com ganho real.

Financiamento (Fundo Nacional de Justiça Previdenciária – FNJP):

- 10% da arrecadação de Imposto sobre Lucros e Dividendos (a ser criado) • 5% da CIDE-Mineração
- 20% dos recursos de outorga de terras raras

Resultado: elites perdem privilégios (nivelamento por baixo) e o povo ganha aposentadoria com valorização real (nivelamento por cima).

PROPOSTA 15 – REDUÇÃO DO NÚMERO DE PARLAMENTARES – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Reduz Câmara para 260 deputados e Senado para 54 membros, com economia estimada de R$ 3-4 bilhões/ano.

- Câmara dos Deputados: de 513 para 260 membros
- Senado Federal: de 81 para 54 membros (2 por unidade da Federação) • Economia anual estimada: R$ 3-4 bilhões
- Criação do Fundo de Eficiência Legislativa e Desenvolvimento Social (FELDS) • Recursos aplicados em saúde, educação, infraestrutura, ciência, segurança pública e programas sociais

PROPOSTA 16 – VOTO DISTRITAL – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Institui sistema misto com metade das vagas por distritos uninominais e metade por listas partidárias fechadas.

- Sistema misto: 50% das vagas por distritos uninominais, 50% por listas partidárias fechadas
- Distritos com equilíbrio populacional (diferença máxima de 10%)
- Vedação a práticas de gerrymandering
- Lei complementar em até 12 meses
- TSE terá 18 meses para adaptar sistemas

PROPOSTA 17 – VÍNCULO COM O ESTADO DE 5 ANOS PARA CANDIDATURA – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Exige domicílio eleitoral na circunscrição por 5 anos para candidaturas a cargos eletivos, combatendo turismo eleitoral.

- Domicílio eleitoral mínimo de 5 anos na circunscrição
- Vedação de mudança nos 12 meses anteriores ao pleito
- Exceções: força maior, calamidade, tratamento de saúde, reassentamento por casamento
- Tipificação como crime (falsidade ideológica) a prestação de informação falsa sobre domicílio
- Vigência para eleições após 3 anos da promulgação

PROPOSTA 18 – REFORMA FISCAL (JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E FIM DO RENTISMO) – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

RESUMO EXECUTIVO

A presente proposta corrige e amplia a reforma fiscal para tributar pesadamente toda e qualquer renda passiva (lucros, dividendos, aluguéis, aplicações financeiras, royalties, ganhos de capital, heranças e doações), com alíquotas progressivas de até **60%**, tornando economicamente desvantajoso viver de rentismo. Em contrapartida, isenta o IRPF para rendas do trabalho de até **R$ 7.000/mês** e cria o **Fundo Nacional de Reparação Social (FNRS)** , com **R$ 150 a R$ 200 bilhões/ano** destinados exclusivamente a saúde, educação, moradia e geração de emprego.

O ERÁRIO COBRA SUA PARTE E O POVO TRABALHA!

PRINCIPAIS MEDIDAS SINTETIZADAS

1. IRPF – JUSTIÇA PARA QUEM TRABALHA

- Isenção total para rendimentos do trabalho (assalariado, autônomo, cooperado) de até **R$ 7.000,00 mensais**.
- Alíquota máxima de **35%** para altas rendas do trabalho, mas **menor que a alíquota sobre rendas passivas**, invertendo a lógica atual.

2. CSRP – CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE RENDAS PASSIVAS (FIM DO RENTISMO)

• Incidência sobre o valor bruto anual de: **lucros e dividendos, aluguéis, aplicações financeiras (inclusive poupança e cripto), JCP, royalties, ganhos de capital, heranças e doações**.

• **Fim da isenção de dividendos** (revoga o art. 10 da Lei 9.249/1995). • **Fim da isenção para maiores de 65 anos** em aplicações financeiras.

Alíquotas anuais progressivas:

Faixa de Renda Passiva Anual (R$)	Alíquota
Até 30.000,00	Isento
De 30.000,01 a 60.000,00	20%
De 60.000,01 a 120.000,00	30%
De 120.000,01 a 240.000,00	40%
De 240.000,01 a 480.000,00	50%
Acima de 480.000,00	60%

• Vedação absoluta de deduções que reduzam a carga efetiva (salvo despesas necessárias, limitadas a 30% do bruto).

3. IGF – IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS

• Alíquota de **2% a 5%** sobre patrimônio líquido superior a R$ 10 milhões (imóveis, veículos, aplicações, holdings, offshore).

4. ITCMD – ALÍQUOTAS MÍNIMAS NACIONAIS

• Heranças e doações:
  - Até R$ 1 milhão: **8%**
  - De R$ 1 a 5 milhões: **15%**
  - Acima de R$ 5 milhões: **25%**

• Vedada alíquota inferior pelos Estados, sob pena de intervenção federal.

5. CESTA BÁSICA ZERO IMPOSTOS

- Redução a zero de PIS/PASEP e COFINS para produtos da cesta básica nacional.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS – FUNDO NACIONAL DE REPARAÇÃO SOCIAL (FNRS)

100% da arrecadação da CSRP, IGF e ITCMD progressivo vão para o FNRS, com alocação obrigatória e vedação ao contingenciamento:

Área	Percentual	Aplicação
Saúde	30%	UPAs, hospitais, medicamentos, valorização do SUS
Educação	30%	CIEPs (P. 71), creches (P. 72), escolas técnicas, alfabetização digital (P. 70)
Moradia e saneamento	20%	Urbanização de favelas (P. 73), habitação popular, despoluição de rios (P. 57)
Geração de Emprego e Renda	20%	Cooperativas, microcrédito, capacitação profissional

ESTÍMULO AO TRABALHO PRODUTIVO

- **Bônus "Brasil Produtivo"** : trabalhadores com renda exclusivamente do trabalho recebem anualmente **5% do total arrecadado pela CSRP** como reconhecimento.
- **Desoneração da folha** : redução do INSS patronal para empresas que mantenham ou ampliem empregos formais.
- **Fomento ao cooperativismo** : linhas de crédito especiais para cooperativas de trabalhadores, com juros subsidiados.

IMPACTO ESTIMADO

- Arrecadação adicional anual: **R$ 150 a R$ 200 bilhões**.
- Redução da desigualdade: tributação progressiva sobre rendas passivas e grandes fortunas.
- Estímulo ao trabalho produtivo e à economia real.
- Fortalecimento dos serviços públicos essenciais.

#RendaPassivaTributada #JustiçaSocial #BrasilProdutivo #FundoNacionalDeReparaçãoSocial #TrabalhoDigno #FimDoRentismo #SomosUmSóPovo

PROPOSTA 19 – COAF – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Transforma COAF em Autoridade Nacional de Inteligência Financeira autônoma, com poderes ampliados e blindagem contra interferências.

- Autonomia técnica e financeira com mandato fixo de 4 anos para seus dirigentes.
- Poderes ampliados: acesso direto a dados bancários, fiscais e telemáticos.
- Compartilhamento automático de informações com CGU, TCU e MPF. • Blindagem contra interferências políticas com quarentena de 4 anos para ex dirigentes.
- Criação do Fundo de Combate à Lavagem de Dinheiro.

PROPOSTA 20 – PENSÃO PARA FILHAS SOLTEIRAS – detalhamento

Tipo: PL

Ementa: Reforma regras de pensão por morte, limitando benefícios a critérios objetivos de idade e estudo, extinguindo direito vitalício para filhas solteiras.

- Pensão por morte para filhas solteiras limitada até 21 anos (ou 24 anos se cursando ensino superior).
- Extinção do direito vitalício para filhas solteiras comprovadamente dependentes.
- Critérios objetivos: idade, estudo, comprovação de dependência econômica.
- Vedação ao acúmulo com outros benefícios previdenciários.
- Economia estimada: R$ 2 bilhões/ano.

PROPOSTA 21 – CONTROLE DOS JUROS, TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Estabelece teto para juros de cartão de crédito, empréstimos e cheque especial; torna obrigatório o atendimento humano com pessoa física em horário comercial; veda práticas enganosas de parcelamento; institui sanções duras (multa de até 20% do faturamento bruto); obriga o Banco Central a fiscalizar bancos físicos e digitais com as mesmas regras; cria o Índice de Justiça Financeira (IJF) e ouvidoria com prazo de 15 dias.

Teto para juros vinculado à Taxa Selic:

- Rotativo do cartão e cheque especial: 2,5 x Selic
- Parcelamento de faturas: 2,8 x Selic
- Crédito pessoal: 3 x Selic
- Crédito consignado: 1,5 x Selic

Implementação gradual: 5 x Selic (1º ano), 4 x Selic (2º ano), 3 x Selic (3º ano).

• Proibição do anatocismo (juros sobre juros em períodos inferiores a 30 dias). • Atendimento humano obrigatório (pessoa física, 9h às 18h), vedada substituição por chatbot ou IA.
• Transparência absoluta: ofertas devem exibir valor total da dívida, CET, taxa de juros e número de parcelas em destaque.
• Sanções: multa de 1% a 20% do faturamento; proibição de novas ofertas de crédito por 90 a 360 dias; responsabilização objetiva; censura pública. • Igualdade de regras entre bancos físicos e digitais.
• Criação do Índice de Justiça Financeira (IJF) e ouvidoria com prazo de 15 dias. • Crime de usura financeira: detenção de 6 meses a 2 anos (2 a 5 anos para reincidentes).

ACABOU A FARRA DOS BANCOS DIGITAIS! JUROS JUSTOS, ATENDENTE HUMANO E FIM DAS OFERTAS ENGANOSAS!

PROPOSTA 22 – BANCO CENTRAL – detalhamento

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Reintegra BC ao Poder Executivo, acrescentando objetivos de desenvolvimento e emprego além da estabilidade de preços.

• Fim da autonomia do Banco Central
• Reintegração do BC ao Poder Executivo
• Novos objetivos: desenvolvimento econômico sustentável, geração de emprego e renda, redução das desigualdades, fomento ao crédito para pequenas e médias empresas
• Controle popular: plebiscito obrigatório para transferência de ativos do BC ou Tesouro
• Extinção imediata dos mandatos atuais dos diretores
• Revogação da EC nº 117/2024

PROPOSTA 23 – JUSTIÇA FINANCEIRA – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Cria Tribunal Nacional de Crimes Financeiros com poder para intervir em instituições que praticarem juros abusivos.

• Papel estratégico dos bancos públicos (assegurado constitucionalmente) • Criação da Contribuição Social sobre Lucros Financeiros Excessivos (CSLFE) • Autorização para o BC limitar o spread bancário
• Obrigatoriedade de atendimento bancário em regiões carentes
• Criação do Banco Postal Nacional
• Proibição de discriminação algorítmica por CEP, raça ou etnia
• Conta digital gratuita universal

PROPOSTA 24 – CONAB – detalhamento

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Fortalecimento da Companhia Nacional de Abastecimento para atuar no controle de preços e formação de estoques reguladores.

• Prioridade do abastecimento interno sobre exportações (princípio constitucional)
• Exportação condicionada à comprovação de disponibilidade interna
• Fortalecimento da CONAB como gestora de estoques reguladores • Critérios objetivos para comprovação da demanda nacional
• Sanções pelo descumprimento

PROPOSTA 25 – CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS – detalhamento

Tipo: PLP

Ementa: Estabelece critérios técnicos e econômicos rigorosos para criação de novos municípios, evitando fragmentação sem viabilidade.

• População mínima: 10.000 habitantes (7.000 para Amazônia Legal) • Viabilidade econômico-financeira: receitas próprias ≥ 30% das despesas projetadas
• Núcleo urbano consolidado com infraestrutura básica
• Continuidade territorial
• Estudo de impacto ambiental
• Plebiscito obrigatório e vinculante
• Período de transição de 4 anos com gestão compartilhada

PROPOSTA 26 –EMENDAS ADITIVAS À PROPOSTA APLICATIVO ESTATAL E COOPERATIVAS DIGITAIS – detalhamento

Tipo: PLP + PL

Ementa: Desenvolve aplicativo estatal unificado para serviços públicos, acabando com a escravidão moderna das grandes plataformas privadas.

• Modelo cooperativo: trabalhadores são donos da plataforma
• Taxa de serviço limitada a 10% (contra 25-35% das grandes plataformas) • Trabalhadores recebem até 85% do valor dos serviços
• Seguro de acidentes, auxílio-doença e fundo emergencial
• Proibição de bloqueio arbitrário
• Isenção fiscal para cooperativas nos primeiros 5 anos

1. NO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 26-A, DE 2026

(Inclusão no Capítulo III – Do Acesso ao Crédito e Fomento)

Art. 5º-A. Fica instituída a **Linha de Financiamento Direto ao Cooperado (LFD-Coop)** , no âmbito do BNDES e da Caixa Econômica Federal, destinada exclusivamente a trabalhadores cooperados vinculados a cooperativas de tecnologia enquadradas no RETEC (art. 2º desta Lei), para aquisição de:

- **I –** veículos automotores (automóveis, motocicletas, bicicletas elétricas) utilizados na prestação de serviços por meio da plataforma cooperativa;
- **II –** equipamentos de segurança, celulares, dispositivos de navegação e acessórios necessários à atividade;
- **III –** custeio de manutenção, recarga de baterias e reposição de peças, mediante comprovação.

§ 1º A LFD-Coop terá as seguintes condições mínimas:

- **a)** juros fixos de **0,5% (meio por cento) ao mês**, ou equivalentes à Taxa de Longo Prazo (TLP) reduzida em 70% (setenta por cento), prevalece o que for mais benéfico ao cooperado;
- **b)** prazo de financiamento de até **60 (sessenta) meses** para veículos e **24 (vinte e quatro) meses** para equipamentos;
- **c)** carência de **90 (noventa) dias** para início do pagamento;
- **d)** entrada mínima de **10% (dez por cento)** do valor do bem financiado, dispensada para cooperados inscritos no CadÚnico ou com renda mensal inferior a 2 (dois) salários-mínimos.

§ 2º O financiamento será operacionalizado **diretamente por meio do aplicativo da cooperativa**, com integração ao sistema financeiro nacional (PIX, Open Finance), garantindo ao cooperado:

- **a)** simulação automática do valor da parcela no ato da compra;
- **b)** aprovação em até **24 (vinte e quatro) horas**;
- **c)** contratação por assinatura digital, com envio de contrato para o e-mail e armazenamento no perfil do aplicativo.

§ 3º Para garantir a sustentabilidade da linha, a União oferecerá **Fundo Garantidor de Operações Cooperativas (FGOC)** , com aporte inicial de **R$ 1 bilhão** do Fundo Social do Pré-Sal, que cobrirá até 80% (oitenta por cento) do saldo devedor em caso de inadimplência involuntária, comprovadamente decorrente de doença grave, acidente, desastre natural ou falência da cooperativa.

§ 4º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com montadoras nacionais (em especial a Nova Gurgel S.A. – Proposta 55) para a oferta de **desconto adicional de 10% (dez por cento)** sobre o preço de veículos adquiridos por cooperados por meio da LFD-Coop.

2. NO PROJETO DE LEI Nº 26-B, DE 2026

(Inclusão de novo Capítulo – Do Financiamento com Desconto Semanal Direto)

CAPÍTULO VI – DO FINANCIAMENTO COM DESCONTO DIRETO NA FONTE

Art. 9º. Fica autorizado o mecanismo de **desconto direto semanal** das parcelas do financiamento contratado por cooperados junto à LFD-Coop (art. 5º-A do PLP 26-A/2026), diretamente nos rendimentos auferidos por meio do aplicativo da cooperativa.

§ 1º O desconto será **automático e facultativo**, mediante adesão expressa do cooperado no ato da contratação do financiamento, com as seguintes regras:

- **a)** o percentual de desconto será de, no máximo, **20% (vinte por cento)** do valor bruto semanal recebido pelo cooperado pelos serviços prestados, garantindo-se o pagamento de, no mínimo, um salário-mínimo mensal líquido ao trabalhador;
- **b)** o desconto será efetuado a cada **fechamento de semana fiscal** (domingo à meia-noite), com a cobrança da parcela diretamente na conta do cooperado, antes do repasse dos rendimentos;
- **c)** em semanas em que o cooperado não realizar nenhum serviço, o desconto será suspenso automaticamente, com a parcela vencida sendo transferida para as semanas subsequentes, sem incidência de juros ou multa por atraso, limitada a 12 (doze) semanas de prorrogação.

§ 2º A cooperativa atuará como **agente arrecadador e repassador**, retendo o valor da parcela e transferindo-o diretamente à instituição financeira credora (BNDES ou Caixa) em até **48 (quarenta e oito) horas** após o desconto.

§ 3º Em caso de rescisão do contrato de financiamento antes do prazo, por iniciativa do cooperado, aplicar-se-á multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo devedor, vedada qualquer cobrança de taxa de liquidação antecipada que exceda esse percentual.

§ 4º O aplicativo da cooperativa deverá exibir, em **painel de transparência** acessível em tempo real:

- **a)** o saldo devedor do financiamento;
- **b)** o histórico de descontos realizados;
- **c)** o valor atualizado da parcela e o número de parcelas remanescentes;
- **d)** a previsão de quitação total.

§ 5º O desconto semanal é **vedado** para cooperados que estejam em situação de vulnerabilidade social comprovada (CadÚnico), hipótese em que as parcelas serão suspensas por até 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis por igual período, sem acréscimos de juros ou multa.

Art. 9º-A. Fica estabelecido o **Programa de Educação Financeira para**

Cooperados, a ser implementado em parceria com o Sebrae, universidades e a própria cooperativa, com módulos presenciais e online sobre:

- **I –** planejamento financeiro pessoal;
- **II –** uso consciente do crédito;
- **III –** gestão de custos operacionais (recarga, manutenção, seguro);
- **IV –** direitos e deveres do cooperado no sistema de financiamento.

Parágrafo único. A participação nos módulos será gratuita e facultativa, mas o cooperado que concluir o curso terá **desconto de 0,1% (um décimo por cento) ao mês** na taxa de juros do financiamento, como incentivo.

4. JUSTIFICAÇÃO DAS EMENDAS

A inclusão do financiamento direto com desconto semanal é essencial para garantir que os trabalhadores cooperados tenham acesso real a veículos e equipamentos que viabilizem sua atividade, sem a necessidade de recorrer a bancos tradicionais com juros abusivos.

Benefícios:

- **Acessibilidade:** juros de 0,5% ao mês são infinitamente menores que as taxas praticadas no mercado (chegando a 3% a 5% ao mês para pessoas físicas).
- **Desconto automático na fonte:** evita que o cooperado precise se preocupar com boletos, vencimentos e multas; o desconto ocorre no momento do recebimento, de forma proporcional à renda semanal, garantindo maior controle financeiro.
- **Fundo Garantidor:** o fundo de R$ 1 bilhão reduz o risco para os bancos, permitindo que eles ofereçam condições mais favoráveis e que operem com menos burocracia.
- **Justiça social:** ao dispensar entrada e suspender descontos para cooperados do CadÚnico, a lei protege os mais vulneráveis, evitando o endividamento excessivo.
- **Estímulo à indústria nacional:** ao vincular a linha a montadoras nacionais como a Nova Gurgel (Proposta 55), a medida fortalece a produção local, a geração de empregos e a soberania tecnológica.

O **Programa de Educação Financeira**, por sua vez, capacita o trabalhador para gerir melhor seus recursos, reduzindo a inadimplência e criando uma cultura de planejamento que beneficia toda a cooperativa.

5. TEXTO PARA A JUSTIFICATIVA GERAL DA PROPOSTA 26

"O cooperativismo de plataforma, para se consolidar como alternativa real ao monopólio das grandes empresas de tecnologia, precisa ir além da regulação e dos incentivos fiscais. É necessário dar ao trabalhador o poder de **adquirir os meios de produção** – o veículo, a moto, o celular, o equipamento – de forma digna e acessível.

Por isso, esta emenda institui a **Linha de Financiamento Direto ao Cooperado**, com juros de 0,5% ao mês, e o **mecanismo de desconto semanal automático na fonte**, garantindo que o pagamento seja proporcional à renda do trabalhador e que ele nunca fique inadimplente por falta de dinheiro no momento do vencimento. O Fundo Garantidor de R$ 1 bilhão e a dispensa de entrada para os mais pobres asseguram que ninguém fique excluído.

O dinheiro do trabalhador deve servir ao trabalhador, não aos banqueiros. #SomosUmSóPovo #CooperativaDigital #FinanciamentoJusto"

6. HASHTAGS PARA A PROPOSTA 26 ATUALIZADA

#FinanciamentoDireto #DescontoSemanal #CooperativismoDigital #JurosJustos #MotoristaCooperado #EntregadorEmPrimeiroLugar #AplicativoEstatal #SomosUmSóPovo

PROPOSTA 27 – ISENÇÃO FISCAL – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Revisa e extingue isenções fiscais para setores privilegiados, mantendo apenas benefícios com comprovado impacto social.

- Revogação geral de todos os incentivos fiscais vigentes
- Reavaliação técnica por Comitê Técnico de Análise de Impacto (CTAI) • Matriz de Pontuação Pública: Custo-Benefício Fiscal (40%), Qualidade do Emprego (25%), Transferência & Encadeamento (20%), Sustentabilidade e ESG (15%)
- Contratos de Desempenho e Transferência (CDT) por 5 anos
- Cláusula Antilobby com rescisão imediata em caso de lobby ilegal

PROPOSTA 28 – PACOTE ANTI-GOLPES E ANTIVIOLÊNCIA DAS BIG TECHS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

EMENTA: Institui o marco regulatório digital mais rigoroso do planeta, transformando o Brasil em um ambiente hostil para golpistas, criminosos virtuais, disseminadores de ódio e plataformas que manipulam algoritmos.

O Pilar Constitucional

- Novos direitos fundamentais (art. 5º): proteção contra fraudes e vedação a conteúdo violento/de ódio; responsabilização máxima (art. 170); controle estatal sobre algoritmos (art. 220).

A Regulamentação, os Deveres e as Sanções

- Atinge plataformas com >500 mil usuários no Brasil.
- Obrigações: verificar identidade de anunciantes; remover conteúdo ilícito em 12h; indenizar vítimas em 48h; manter servidores no Brasil; entregar código fonte dos algoritmos ao Estado.
- Fiscalização: CNDD (bloqueio em 4h) e SNAA (auditoria algorítmica surpresa).
- Sanções: multa de 2% a 30% do faturamento; suspensão por 2 anos; banimento definitivo; diretores inabilitados por 30 anos.

Os Crimes, as Penas e a Educação

- Novos tipos penais: golpes financeiros, crimes de ódio/racismo/nazismo digital, manipulação de algoritmos, criação de bots.
- Penas: reclusão de 10 a 30 anos; aumento de pena para idosos, crianças e vulneráveis.
- Nazismo, fascismo e racismo digital: INAFIANÇÁVEIS e IMPRESCRITÍVEIS.
- Penas acessórias: multa de 300% a 1.000% do prejuízo; perda de todos os bens; cadastro nacional de fraudadores; interdição do uso da internet.
- Educação digital obrigatória nas escolas.

Conclusão: O Brasil sai da passividade e assume a liderança global na proteção dos direitos fundamentais no mundo virtual.

PROPOSTA 29 – CANDIDATURA INDEPENDENTE – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Permite candidaturas sem filiação partidária, com requisitos de assinaturas e apoio comunitário.

- Eliminação da exigência de filiação partidária
- Requisito de assinaturas: 1% do eleitorado nacional para Presidente; 1% estadual para Senador; 0,5% da circunscrição para Deputados
- Acesso ao horário eleitoral gratuito proporcional ao número de assinaturas
- Vedação ao uso do Fundo Eleitoral e do Fundo Partidário
- Vedação à filiação partidária após o registro

PROPOSTA 30 – FORO DE PRERROGATIVAS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Extingue foro privilegiado para todas as autoridades, sujeitando-as à Justiça comum.

- Foro mantido apenas para o Presidente da República durante o exercício do mandato
- Extinção do foro para Vice-Presidente, Ministros de Estado, parlamentares, governadores, magistrados e demais autoridades
- Processos em curso remetidos à primeira instância em até 180 dias • Suspensão de prazos processuais por 60 dias para adequação

PROPOSTA 31 – FUNDO ELEITORAL E PARTIDÁRIO: EXTINÇÃO, DEVOLUÇÃO DE SOBRAS AO ERÁRIO E RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Acaba com o Fundo Eleitoral e o Fundo Partidário, institui financiamento exclusivo por pessoas físicas com limites rígidos, e estabelece a obrigação de os partidos políticos devolverem ao Erário todo o saldo remanescente, após a comprovação integral da quitação de débitos trabalhistas, previdenciários e fiscais, sob pena de responsabilização criminal, inabilitação e multas severas. **PARTIDO POLÍTICO SÓ EXISTE PARA SERVIR AO POVO, NÃO PARA ROUBAR DINHEIRO PÚBLICO!**

PRINCIPAIS MEDIDAS:

Extinção dos Fundos e Novo Financiamento (PEC 31/2026):

- Extinção imediata do Fundo Eleitoral e do Fundo Partidário, com redirecionamento obrigatório de **50% para a Saúde (SUS), 30% para a Educação (FNDE) e 20% para o Fundo de Democracia Participativa** (plebiscitos, referendos e iniciativas populares).
- Proibição constitucional absoluta de doações de campanha por pessoas jurídicas (empresas, sindicatos, associações).
- Limite máximo de **R$ 1.000,00 (mil reais)** por pessoa física (CPF) por turno eleitoral, vedado o acúmulo de doações.

Quitação de Débitos e Devolução Obrigatória (PLP 31-A/2026):

- **Prazo fatal de 180 (cento e oitenta) dias** para os partidos quitarem integralmente todas as obrigações trabalhistas (salários atrasados, FGTS, verbas rescisórias), previdenciárias (INSS patronal) e fiscais (tributos federais).
- Auditoria independente obrigatória, contratada pelos partidos, com supervisão, validação e fiscalização conjunta da **Justiça Eleitoral, do TCU e da Receita Federal** – laudo público e vinculante.

- **Devolução total do saldo remanescente** ao **Fundo Nacional de Reparação Social (FNRS)** da Proposta 18, vedada absolutamente qualquer distribuição a dirigentes, filiados, prestadores de serviço ou terceiros.
- Criação do **Sistema Nacional de Doações Políticas (SNDP)** com transparência em tempo real (atualização diária), integrado ao TSE, Receita Federal e TCU.
- Tetos máximos de gastos por campanha: **Presidente (R$ 50 mi), Governador (R$ 10 mi), Senador (R$ 5 mi), Deputado Federal (R$ 2 mi), Deputado Estadual (R$ 1 mi) e Vereador (R$ 200 mil)**.

Sanções, Crimes e Cadastro de Partidos Irregulares (PL 31-B/2026):

- **Multa civil e administrativa** correspondente ao **triplo do valor não devolvido ou irregularmente apropriado**, aplicada solidária e pessoalmente aos presidentes nacionais, tesoureiros e dirigentes responsáveis.
- **Inabilitação política** para o exercício de qualquer cargo público, função de confiança ou mandato eletivo por **10 (dez) anos**.
- **Tipificação criminal** (Art. 315-A do Código Penal – Apropriação indébita de recursos públicos partidários): reter, desviar ou deixar de devolver ao Erário saldo remanescente. **Pena: reclusão de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, e multa**, sem direito a fiança. Se o valor ultrapassar R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a pena é aumentada em 1/3 (um terço).
- **Bloqueio cautelar imediato** de todas as contas bancárias do partido e de bens móveis e imóveis dos dirigentes responsáveis, ao primeiro sinal de irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária.
- Criação do **Cadastro Nacional de Partidos Irregulares (CNPI)** , com publicidade obrigatória no portal do TSE. Enquanto no CNPI, o partido fica proibido de receber novas doações, registrar candidaturas ou participar da partilha de qualquer recurso público.

IMPACTO FISCAL ESTIMADO

- **Economia anual imediata** de **R$ 5 a R$ 7 bilhões** com a extinção dos fundos eleitoral e partidário.
- **Recuperação extraordinária** de mais de **R$ 3 bilhões em saldos acumulados** pelos partidos nos últimos anos, que serão integralmente revertidos ao FNRS para saúde, educação, moradia e geração de emprego.
- **Quitação forçada de dívidas trabalhistas** de milhares de ex-funcionários

de partidos, garantindo que recebam seus direitos trabalhistas e previdenciários.

- **Efeito moral e disciplinador**: inibição da criação de partidos de aluguel, do uso de recursos públicos para autopromoção e do enriquecimento ilícito de dirigentes partidários.

ACABOU A FARRA! QUEM DEVE AO TRABALHADOR E AO FISCO NÃO TEM DIREITO A UM CENTAVO DO POVO! DEVOLVE AO ERÁRIO OU VAI PARA A CADEIA!

#FundoEleitoralAcabou #DevoluçãoObrigatória #PartidosDevemPagar #CadeiaParaLadrãoDeDinheiroPúblico #SomosUmSóPovo

PROPOSTA 32 – CARGOS DO PRIMEIRO AO TERCEIRO ESCALÃO – detalhamento

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Estabelece critérios técnicos para nomeações, com avaliação de mérito e experiência comprovada. Serão preenchidas por concurso público!

• Concurso Público Nacional para o Alto Escalão Técnico (CPNAET) • Cargos abrangidos: DAS 5 e 6, presidentes e diretores de autarquias e estatais, Secretários Executivos e Nacionais
• Banca Examinadora Central com autonomia técnica e mandato de 4 anos • Etapas: prova escrita, análise de currículo, assessment center, arguição pública
• Cadastro Nacional de Gestores Públicos (CNGP) com validade de 4 anos • Nomeações devem escolher entre os 3 primeiros colocados
• Sanções por nomeação irregular: improbidade administrativa

PROPOSTA 33 – IPVA SOBRE BENS DE LUXO – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Implementa alíquotas progressivas de IPVA para veículos de luxo e alta cilindrada.

- Tributação sobre aeronaves de uso privado, embarcações de recreio, veículos de alto valor (>R$ 500 mil ou >400 cv)
- Alíquotas anuais de IPVA entre 1,5% e 4%
- Destinação: 40% para saúde, 40% para educação, 20% para infraestrutura de transporte público
- Arrecadação adicional estimada: R$ 5 bilhões/ano

PROPOSTA 34 – ISENÇÃO FISCAL PARA IGREJAS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Mantém imunidade tributária condicionada à prestação de contas e comprovação de atividades sociais.

- Imunidade condicionada ao Regime Fiscal de Transparência e Contrapartida Social
- Prestação de contas pública com auditoria independente
- Despesas administrativas limitadas a 40% da receita bruta anual
- Aplicação de no mínimo 35% da receita em projetos sociais
- Perda da imunidade por 5 anos em caso de descumprimento
- Portal da Transparência das Entidades Religiosas

PROPOSTA 35 – RÁDIO E TV: FIM DO MONOPÓLIO NAS CONCESSÕES – detalhamento

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Desconcentra concessões de mídia, limitando número de outorgas por mesmo grupo empresarial.

- Limites de cobertura populacional: 15% nacional, 25% estadual, 35% municipal
- Proibição de propriedade cruzada (TV, rádio, jornal, portal) no mesmo município • Fortalecimento da radiodifusão pública e comunitária
- Cota de 20% da programação para conteúdo independente e regional
- Conselho Nacional de Comunicação Social com composição paritária
- Prazo de 5 anos para adequação

PROPOSTA 36 – INVESTIGAÇÃO DE ONGs – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL
Ementa: Fortalecimento da fiscalização sobre ONGs, com auditoria regular de recursos públicos recebidos.

- Repasses a ONGs devem obedecer aos princípios da publicidade, economicidade e eficiência
- Exigência de existência jurídica mínima de 3 anos
- Vedação de parcerias com entidades que tenham agentes políticos ou parentes em seus quadros
- Cadastro Nacional de Entidades Parceiras do Poder Público (CNEPP) • Auditoria obrigatória para entidades que recebem acima de R$ 500 mil/ano
- Suspensão imediata de repasses em caso de descumprimento

PROPOSTA 37 – FRAUDES EM PRIVATIZAÇÕES – detalhamento

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Cria comissão para reavaliar processos de privatização com indícios de irregularidades.

- Imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário
- Criação da Comissão Nacional de Revisão de Privatizações (CNRP) com mandato de 5 anos
- Acesso irrestrito a documentos públicos e privados
- Fundo de Reparação ao Povo Brasileiro (FRPB)
- Inversão do ônus da prova mediante indícios robustos de irregularidade • Cooperação internacional para repatriação de ativos

PROPOSTA 38 – CPI DA DÍVIDA PÚBLICA – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Instaura CPI para investigar composição e legitimidade da dívida pública brasileira.

- Auditoria anual da dívida pública pelo TCU (obrigação constitucional)
- Relatório com identificação nominal dos beneficiários finais
- Vedação de contratação de operações de crédito com juros superiores em mais de 30% à taxa média do setor privado
- Quarentena de 5 anos para ex-dirigentes do BC e Tesouro
- Identificação obrigatória do beneficiário final na negociação de títulos públicos

PROPOSTA 39 – CONSELHEIROS ESTATAIS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Exige qualificação técnica para conselheiros de estatais com processo seletivo transparente.

• Seleção por mérito técnico e qualificação profissional comprovada • Conselhos com 1/3 de membros independentes, 1/3 de especialistas de mercado, 1/3 do acionista controlador
• Mandato fixo de 2 anos, vedada recondução imediata
• Requisitos: pós-graduação, 10 anos de experiência em alta gestão, certificação em governança
• Comitê de Seleção Paritário com autonomia técnica
• Remuneração variável limitada a 50% da fixa, com cláusula de recuperação (clawback)

PROPOSTA 40 – IA NO COMBATE À CORRUPÇÃO – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Implementa sistemas de inteligência artificial para cruzar dados e identificar irregularidades.

• Base constitucional para uso de IA em investigações criminais
• Garantias: contraditório, ampla defesa, supervisão humana obrigatória
• Sistema Integrado de Alerta e Resposta ao Desmatamento (SIARD)
• Sistema Integrado de IA para Investigação Criminal e Ambiental "Olho Que Tudo Vê"
• Autorização judicial obrigatória para coleta de dados biométricos
• Eliminação de dados após o término da investigação

PROPOSTA 41 – DESMATAMENTO ILEGAL – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Cria força-tarefa permanente com satélites e inteligência para combate ao desmatamento. Vira crime hediondo.

- Desmatamento ilegal classificado como crime hediondo
- Penas de 5 a 10 anos de reclusão e multas de até R$ 10 milhões por hectare para pessoas jurídicas
- Sistema Integrado de Alerta e Resposta ao Desmatamento (SIARD) • Forças-tarefa nacionais permanentes
- Rastreabilidade por blockchain para cadeias de carne, soja, madeira e couro • Crédito rural condicionado à regularidade ambiental
- Programa de Proteção a Denunciantes de crimes ambientais

PROPOSTA 42 – MINERAÇÃO – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Regulamenta atividade mineral com royalties justos e compensação ambiental ampliada.

- Exploração mineral deve ser sustentável, com vedação a barragens a montante • Criação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre Exploração Mineral (CIDE-Mineração) com alíquota de 5%
- Fundo Nacional de Recuperação Ambiental (FNRA)
- Consentimento livre, prévio e informado de comunidades tradicionais
- Rastreabilidade por blockchain da origem do minério
- 50% da CFEM destinada aos municípios impactados
- Crimes ambientais na mineração: reclusão de 10 a 20 anos

PROPOSTA 43 – AGROTÓXICO – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Restringe uso de agrotóxicos proibidos em outros países e incentiva transição agroecológica.

- Eliminação progressiva de agrotóxicos perigosos
- Prazos: 12 meses para agrotóxicos banidos na UE; 3 anos para extremamente tóxicos; 10 anos para todos os agrotóxicos de síntese química
- Zonas Livres de Agrotóxicos: APPs, terras indígenas, entorno de escolas e unidades de saúde, áreas de captação de água
- Programa Nacional de Transição Agroecológica (PNTA)
- Incentivos fiscais para produção agroecológica
- Multas de até R$ 10 milhões

PROPOSTA 44 – DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS, ECONOMIA CIRCULAR E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Institui a Política Nacional de Aproveitamento Integral de Resíduos (PNAIR) e o Programa Nacional de Aproveitamento Alimentar e Combate ao Desperdício (PNACD). Obriga restaurantes, supermercados, padarias e buffets a doarem sobras próprias para consumo humano na hierarquia: 1º PESSOA → 2º ANIMAL → 3º ADUBO. Cria o Sistema Nacional de Pontos de Coleta Inteligentes (SNPCI) com máquinas automatizadas que remuneram o cidadão por recicláveis. Meta de 100% de reciclagem em 10 anos, proibição total de sacolas plásticas em 2 anos e de isopor em 5 anos. Institui a CIDE-Reciclagem e o Fundo Nacional de Aproveitamento Integral (FNAI).

Principais Medidas Sintetizadas:

- Hierarquia constitucional dos resíduos: não geração, redução, reutilização, reciclagem, recuperação energética e disposição final adequada.
- Proibição total de sacolas plásticas convencionais em até 2 anos e de isopor descartável em até 5 anos.
- Meta vinculante: 100% de reciclagem, compostagem, biodigestão ou recuperação energética em 10 anos.
- Obrigação de doação de excedentes alimentares na hierarquia: Pessoa → Animal → Adubo, com dedução fiscal de até 50%.
- Inclusão socioprodutiva dos catadores: prioridade em contratos públicos; criação do Cadastro Nacional de Cooperativas (CNCAT).
- Educação ambiental obrigatória como tema transversal na educação básica (20 horas/aula anuais).
- Logística reversa ampliada para embalagens, eletroeletrônicos, pilhas, pneus, medicamentos, plásticos de uso único e isopor.
- Sistema Nacional de Pontos de Coleta Inteligentes (SNPCI) com remuneração via Pix ou Aplicativo Estatal.
- Fundo Nacional de Aproveitamento Integral (FNAI) com recursos não contingenciáveis.
- Incentivos fiscais: redução de 50% do IPI para economia circular; isenção de PIS/COFINS por 5 anos para micro e pequenas empresas de reciclagem. • Sanções: multas diárias de R$ 5 mil a R$ 10 milhões; reclusão de 1 a 4 anos para descarte irregular.
- Geração de 500 mil empregos no setor de reciclagem; arrecadação anual de R$ 3 a R$ 5 bilhões com a CIDE-Reciclagem.

Destinação dos Recursos do FNAI:

- 40% para infraestrutura de coleta seletiva, usinas de triagem, compostagem e reciclagem.
- 25% para implantação do SNPCI.
- 20% para capacitação e estruturação de cooperativas de catadores. • 10% para campanhas educativas.
- 5% para P&D em tecnologias limpas.

#SomosUmSóPovo #ReciclagemComJustiçaSocial
#EconomiaCircular #CatadoresValorizados #FomeZero
#SacoPlásticoNão #IsoporFora
#OPrimeiroDestinoÉOPratoDeQuemTemFome

PROPOSTA 45 – ULTRAPROCESSADOS – detalhamento

Tipo: PL

Ementa: Aplica tributação extra e restrição publicitária a alimentos ultraprocessados.

- Proibição de publicidade de ultraprocessados dirigida a crianças e adolescentes
- Vedação de comercialização em instituições de ensino
- Banimento progressivo: bebidas açucaradas (2026), snacks com aditivos sintéticos (2027), carnes reconstituídas (2028)
- Bolsa Alimentação Saudável: R$ 150/mês para famílias do CadÚnico • Subsídios para reformulação industrial via BNDES
- Rotulagem com alerta frontal: "ESTE PRODUTO É ULTRAPROCESSADO"

PROPOSTA 46 – LIBERAÇÃO DA CANNABIS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Regulamenta cultivo e uso medicinal da cannabis, com produção pública.

- Cultivo doméstico de até 4 plantas fêmeas por residência
- Venda exclusiva em farmácias e estabelecimentos licenciados
- Proibida para menores de 18 anos
- Tributação de 15% a 20%, destinada: 40% SUS, 30% educação, 30% Fundo de Reparação Social
- Prioridade para agricultores familiares, quilombolas, indígenas e pequenos empreendedores
- Extinção da punibilidade para posse de até 50g ou 6 plantas
- Anistia a condenados por posse sem envolvimento com tráfico

PROPOSTA 47 – FLÚOR: BANIMENTO – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Proíbe adição compulsória de flúor na água potável, mantendo apenas aplicação tópica supervisionada.

- Proibição total da adição artificial de flúor na água de sistemas públicos
- Revogação da Lei 6.050/1974
- Manutenção de aplicação tópica supervisionada
- Ressalva para concentrações naturais

PROPOSTA 48 – PEC MALAFAIA – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Regulamenta relação Estado-Igrejas, mantendo imunidade tributária com contrapartidas sociais.

- Vedação de uso da liberdade religiosa para disseminação de desinformação, incitação à ruptura democrática ou ataques às instituições
- Perda da imunidade tributária por 5 anos mediante condenação transitada em julgado
- Tipificação do crime de incitação pública à ruptura da ordem constitucional (reclusão de 2 a 5 anos)
- Inelegibilidade de líderes religiosos condenados por crimes contra o Estado Democrático de Direito

PROPOSTA 49 – ESCRAVIDÃO / TRABALHO ANÁLOGO – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Tipifica trabalho análogo à escravidão como crime hediondo e imprescritível.

• Perda de todos os bens e valores do condenado como efeito automático • Responsabilidade solidária da cadeia produtiva
• Pena-base: 4 a 12 anos (antes 2 a 8); se resulta morte: 12 a 20 anos • Dissolução compulsória da empresa reincidente
• Cadastro Nacional de Empregadores Condenados
• Impedimento de licitar com o poder público por 10 anos

PROPOSTA 50 – REFORMA AGRÁRIA – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Acelera desapropriação de latifúndios improdutivos para assentamento familiar.

• Direito real de concessão hereditária após 10 anos de exploração direta • Vedação à alienação a terceiros e à hipoteca
• Criação do Fundo Nacional de Recompra e Redistribuição (FNRR) • Programa Nacional de Aquisição Alimentar Direta (PNAAD): garantia de compra de até 50% da produção
• Criação do Agente Comunitário da Terra
• Assistência técnica com foco agroecológico

PROPOSTA 51 – SALÁRIO-MÍNIMO – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Eleva o salário mínimo nacional a 10% do subsídio mensal bruto dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) em até cinco anos, com reajuste automático posterior.

- Meta final: salário-mínimo = 10% do subsídio dos ministros do STF = R$ 4.636,62 (base 2025).
- Cronograma (5 anos – a partir de 2027): 2027 (4,5%), 2028 (6,0%), 2029 (7,5%), 2030 (8,8%), 2031 (10%).
- Reajuste automático a partir de 2032 pelo mesmo percentual de variação do subsídio dos ministros.
- PEC nº 51/2026: acrescenta o art. 114 ao ADCT.
- PLP nº 51A/2026: fixa o cronograma e cria o CAP (governo, setor produtivo, centrais sindicais, academia).
- PL nº 51B/2026 (PRÓ-MPE): isenção da contribuição patronal previdenciária por 5 anos para MPEs que mantiverem empregos; linhas de crédito subsidiado.
- Impacto: substitui a discricionariedade política por regra automática de valorização.

FAZEMOS JUSTIÇA AO TRABALHADOR BRASILEIRO!

PROPOSTA 52 – IA PARA INCLUSÃO FINANCEIRA – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Usa inteligência artificial para ampliar acesso a crédito a populações subatendidas.

- Inclusão digital e financeira como direito social (alteração do art. 6º da CF) • Programa "IA do Povo": educação financeira personalizada, gestão automatizada de micro orçamentos, sistema de microcrédito justo • Score Social baseado em dados de programas sociais e histórico de pagamentos (mediante consentimento)

• Limite de crédito: R$ 5.000,00 por operação
• Comité de Governança da Inclusão Financeira

PROPOSTA 53 – ESCALA 5X2 – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Estabelece jornada padrão de 5 dias trabalhados por 2 dias consecutivos de descanso semanal remunerado. Fixa teto de 40 horas semanais (redução para 36 horas em 5 anos). Garante desconexão digital, intervalo mínimo de 11 horas entre jornadas, almoço de 1 hora, trabalho em dia de descanso pago em dobro com folga bonificada de 3 dias. Protege contra retaliação e dá prioridade a gestantes e lactantes.

Principais Medidas:

• Escala 5x2 como regime padrão; dois dias consecutivos de descanso, preferencialmente sábado e domingo.
• Jornada máxima: 40 horas semanais (em 1 ano), com meta de 36 horas em 5 anos.
• Direito à desconexão digital; intervalo mínimo de 11 horas; intervalo intrajornada de 1 hora.
• Trabalho em dia de descanso pago em dobro + folga bonificada de 3 dias.
• Flexibilidade controlada: apenas com acordo individual escrito ou coletivo; recusa não pode ser punida.
• Proteção contra retaliação (presunção nos 90 dias seguintes); ônus da prova invertido.
• Prioridade para gestantes e lactantes na definição dos dias de descanso. • Multa administrativa de 5 a 20 salários-mínimos por trabalhador prejudicado. • Incentivos: redução de 20% do INSS patronal por 24 meses para empresas que adotarem antes do prazo.

IMPACTO ESPERADO: Redução da jornada média, melhoria da qualidade de vida, estímulo à criação de empregos, economia com saúde e fortalecimento do comércio local.

PROPOSTA 54 – BRASIL AUTOSSUFICIENTE – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Fomenta a produção nacional de insumos estratégicos como medicamentos e fertilizantes.

- Autossuficiência energética renovável até 2050
- Criação do Fundo Nacional de Energia Limpa (FUNEL) com R$ 100 bilhões de aporte inicial
- Metas: 100% combustíveis renováveis, 70% da receita da Petrobras de fontes limpas
- Incentivos fiscais: redução a zero de PIS/PASEP e COFINS, isenção de IPI, depreciação acelerada
- Hub de Hidrogênio Verde (CE) com R$ 4,2 bilhões
- Refinarias 4.0 para conversão de REPAR/REDUC

PROPOSTA 55 – GURGEL MOTORS E MUSEU – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

OBJETIVO GERAL

Resgatar a marca Gurgel, produzir veículos elétricos nacionais (carros e motos) com foco popular, criar o Museu Nacional Gurgel em São Bernardo do Campo (SP) e garantir emprego com concurso público para brasileiros.

PEC 55/2026 – ALTERAÇÕES CONSTITUCIONAIS

- Permite usar recursos do Fundo Social do Pré-Sal para financiar a indústria de veículos elétricos.
- Obriga concurso público em empresas estratégicas, com prioridade para brasileiros natos e naturalizados há +5 anos.
- Reconhece o legado da Gurgel como patrimônio cultural e determina a

criação do Museu Nacional Gurgel.

PLP 55-A/2026 – INCENTIVOS E REGRAS

- **Isenções fiscais** por 15 anos: PIS/COFINS, IPI e imposto de importação zerados.
- **Linhas de produtos**: carro civil (250 km), carro popular (200 km) e moto elétrica (120 km).
- **Preço** definido no lançamento, com teto máximo de 80 SM para carro popular e 20 SM para moto (antes dos descontos).
- **Tecnologia de série**: câmbio automático, 6 airbags, ESC, câmera, LED, painel digital, OTA – proibida versão capada.
- **Descontos progressivos** (até 50%) para CadÚnico, taxistas, motoristas de app e entregadores.
- **Financiamento** com juros de 0,5% ao mês, carência de 6 meses, pela Caixa/BB.
- **Fornecimento ao Estado** a preço de custo para polícias, bombeiros, Forças Armadas e órgãos públicos, com economia estimada de R$ 2 a 4 bilhões/ano.
- **Resgate de frotas históricas** e restauração de todos os modelos Gurgel.
- **Museu Nacional Gurgel** em São Bernardo do Campo (SP), com acervo permanente, oficina-escola e visita gratuita para escolas e CadÚnico.

PL 55-B/2026 – CRIAÇÃO DA EMPRESA E CONCURSO

- Autoriza a criação da **Nova Gurgel S.A.** (empresa pública, vinculada ao MDIC).
- Institui a **logística reversa** de baterias e apoia a instalação de megafábrica de reciclagem.
- **Vendas** por concessionárias, Correios/Caixa e plataforma digital; proibida revenda por 3 anos (carros) e 2 anos (motos).
- **Concurso público** exclusivo para brasileiros natos ou naturalizados há +5 anos, com reserva de 20% para PcD e 20% para negros/indígenas.
- **Estágio probatório** de 36 meses e **efetivação** ao final, se houver necessidade operacional e bom desempenho.
- Penalidades para contratações irregulares: multa, perda de incentivos e inabilitação de diretores.

FRASE-CHAVE

Resgate histórico, mobilidade elétrica popular, tecnologia de ponta, concurso público e soberania industrial. #SomosUmSóPovo

PROPOSTA 56 – MALHA FERROVIÁRIA – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Retoma expansão da malha ferroviária para transporte de carga e passageiros.

- Política Nacional de Transporte Ferroviário com prioridade para corredores de exportação
- 20% da arrecadação de incentivos fiscais federais e outorgas ferroviárias destinados aos Fundos Estaduais de Apoio ao Transporte Ferroviário • Criação do Fundo Nacional de Infraestrutura Ferroviária (FNIF) • Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento Ferroviário (REIDF) • Corredores Ferroviários Estratégicos: Norte-Sul, Centro-Leste, Oeste-Nordeste • Investimentos: R$ 600 bilhões, geração de 500 mil empregos

PROPOSTA 57 – DESPOLUIÇÃO DE RIOS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Implementa programa nacional de despoluição de bacias hidrográficas.

- Regra de Ouro Verde: vedação ao contingenciamento de despesas com despoluição e saneamento
- Programa Nacional de Despoluição de Rios Urbanos (PNDRU) • Fundo Nacional de Despoluição de Rios (FNDR) com recursos não contingenciáveis
- Incentivos fiscais para indústrias sustentáveis: redução de IBS/CBS em até 60% • Estatuto da Responsabilidade Hídrica: majoração de multas, cobrança de companhias estaduais de saneamento
- Educação ambiental como tema transversal na educação básica

PROPOSTA 58 – CANAL DE COMUNICAÇÃO DA EBC – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Fortalecimento da Empresa Brasil de Comunicação como mídia pública independente.

- Criação do Canal Brasil Diversidade com status constitucional • Diretor-Presidente com mandato fixo de 4 anos, escolhido por lista tríplice e aprovado pelo Senado
- Conselho de Participação Social com 27 membros (11 da sociedade civil, 11 do Comitê Editorial, 5 da Rede Nacional)
- Cotas mínimas: 40% de produções regionais, 30% de produções independentes, 15% de programação infantil inédita
- Financiamento: 10% da Condecine Teles
- Plataforma pública de streaming gratuita

PROPOSTA 59 – FAST FOOD: IMAGENS REAIS – detalhamento

Tipo: PL

Ementa: Obriga divulgação de imagens reais de produtos em propagandas de fast food.

- Imagens, fotografias e vídeos de alimentos devem corresponder exatamente ao produto entregue ao consumidor
- Não pode usar ilustrações ou imagens simuladas; exige "IMAGEM REAL" • Vedação ao uso de substâncias não comestíveis (cola, verniz, glicerina) para criar volume artificial
- Multa de 1% a 10% do faturamento bruto
- Prazo de 180 dias para adequação

PROPOSTA 60 – REGULAMENTAÇÃO DO LOBBY – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Torna obrigatório registro público de atividades de lobby e influência.

- Registro Nacional de Agentes de Influência (RENAI)
- Divulgação em tempo real das agendas de parlamentares
- Registro unificado de interações com agentes de influência em todos os entes federativos
- Quarentena de 4 anos para ex-agentes públicos de alto escalão • Sistema Nacional de Controle do Lobby (SINACOL)
- Sanções: multas de até 20% do faturamento, suspensão de registro, comunicação ao TCU e MP

PROPOSTA 61 – CONFISCO DE BENS DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Amplia possibilidade de confisco sem condenação para bens de organizações criminosas.

- Confisco alargado de bens do condenado, cônjuge, parentes até 3º grau e interpostas pessoas
- Inversão do ônus da prova com prazo de 90 dias
- Pena para integrar organização criminosa: reclusão de 30 a 60 anos, vedada progressão
- Criminalização de "laranjas" com equiparação às penas do crime de organização criminosa
- Prazo de 30 dias para liquidação e alienação de bens após trânsito em julgado
- 50% dos recursos para indenização das vítimas, 50% para Fundos de Segurança Pública e Penitenciário

PROPOSTA 62 – PREJUÍZO AO ERÁRIO – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Combate a parcialidade judicial e a negligência advocatícia, garantindo o direito de defesa em causas simples sem a obrigatoriedade de advogado. Cria a figura do "Auxiliar Técnico" (contratação de advogado apenas para consultoria ou elaboração de peças) e responsabiliza civil e criminalmente o profissional que não presta o serviço contratado.

Principais Medidas:

- **Fim da Obrigatoriedade Desnecessária (Jus Postulandi Ampliado):** Permite que a pessoa atue em causa própria na Justiça do Trabalho (até a 2ª instância), em causas cíveis de até **40 salários-mínimos** e em divórcios/inventários consensuais de até **100 salários-mínimos**.
- **Criação do "Auxiliar Técnico":** Permite contratar um advogado apenas para elaborar uma petição, dar uma consultoria pontual ou revisar um acordo, sem a obrigação de pagar pela representação total do processo. É o fim do "advogado que só aparece na audiência".
- **Responsabilização Severa do Advogado Negligente:** O profissional que faltar a prazos ou não exercer a devida defesa técnica responderá por danos materiais e morais, terá que devolver os honorários e sofrerá sanções na OAB.
- **Combate à Parcialidade e Privilégios no Judiciário:** Cria o Sistema Nacional de Avaliação de Desempenho da Magistratura (SINAD-M), o Portal Nacional de Decisões (transparência total), Declaração Pública de Interesses dos juízes e **extinção do foro privilegiado** para magistrados.

Impacto Esperado: Redução de custos para o cidadão, desburocratização do Judiciário (economia estimada de R$ 2 a R$ 4 bilhões/ano) e garantia de que o advogado só será obrigatório quando a complexidade da causa realmente exigir. A Justiça passa a ser mais acessível e o profissional que não trabalha é devidamente punido. Para responsabilizar agentes que causem danos ao patrimônio público e recuperar ativos desviados desde a redemocratização.

• Imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário

• Validação constitucional da retroatividade civil/administrativa a partir de 15/03/1985

• Confisco alargado com inversão do ônus da prova

• Perda do mandato declarada pelo Judiciário na sentença condenatória • Vedação temporária de benefícios penais por 20 anos com reavaliação bienal • Criação da Comissão Nacional da Verdade sobre o Patrimônio Público (CNVPP) • Documentação probatória de R$ 1,1 trilhão em prejuízos históricos

PROPOSTA 63 – PORTE DE ARMAS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Mantém restrições ao porte com foco em controle rígido e registro centralizado. Campanha Nacional pelo DESARMAMENTO.

- Segurança pública como direito fundamental com prioridade sobre interesse individual no porte
- Sistema Nacional de Controle, Fiscalização e Rastreamento de Armas e Munições (SINCFRAM)
- Registro de arma: pessoal, intransferível, validade de 3 anos
- Exames anuais obrigatórios: psicológico e de capacitação
- Limite de 1 arma por pessoa
- Calibre proibido superior a .38 (revólver) e .380 (pistola)
- Munição: rastreamento individual desde a fabricação; limite de 50 unidades/ano por usuário

PROPOSTA 64 – DÍVIDA PÚBLICA: DIRETRIZES E PREMISSAS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Estabelece regras transparentes para renegociação da dívida pública. Dispõe sobre a negociação de dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União por meio de dação em pagamento com bens estratégicos.

- Transparência, avaliação independente e controle social nas operações de dação em pagamento
- Avaliação por instituição independente, com publicação obrigatória de laudos
- Identificação de beneficiários finais
- Programa de Locação Social (PLS-U) com imóveis públicos desativados • Tipificação de superfaturamento e ocultação de beneficiários
- Ação de ressarcimento solidário ao erário

PROPOSTA 65 – TERRAS RARAS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Cria estatal para exploração de terras raras com controle nacional estratégico.

- Terras raras declaradas Patrimônio Estratégico Nacional sob monopólio da União
- Criação da Empresa Brasileira de Terras Raras (EBTR) – sociedade de economia mista sob controle estatal
- Conselho Nacional de Terras Raras (CNTR) com participação paritária • Obrigatoriedade de beneficiamento e industrialização no Brasil • Vedação à exportação de terras in natura
- Fundo Soberano de Terras Raras (FSTR)
- Selo Verde Brasil (certificação socioambiental obrigatória a partir do 3º ano)

PROPOSTA 66 – PLEBISCITO PARA ATIVOS E SERVIÇOS ESSENCIAIS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Exige consulta popular para privatização de serviços essenciais.

- Água como direito humano fundamental e bem público de uso comum, vedada sua privatização
- Plebiscito vinculante para qualquer processo de desestatização, concessão ou alienação de bens estratégicos (energia, petróleo, gás, minérios, saneamento, portos, aeroportos, ferrovias, rodovias federais)
- Divulgação antecipada de estudos de viabilidade e avaliação patrimonial (180 dias)
- Conselho Nacional de Defesa do Patrimônio Estratégico (CNDPE) com participação majoritária da sociedade civil
- Plebiscito por iniciativa popular com 2% do eleitorado nacional

PROPOSTA 67 – DATA CENTER – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Instala data-centers estatais para soberania digital e armazenamento de dados públicos.

- Proteção e soberania dos dados pessoais e governamentais como garantia fundamental
- Criação do Tribunal de Contas de Dados (TCD) como órgão auxiliar do Congresso Nacional
- Criação da Agência Nacional de Segurança de Dados (ANSD)
- Criação da Empresa Brasileira de Dados Soberanos (EBDS)
- Penas de reclusão de 8 a 20 anos para divulgação não autorizada de dados soberanos
- Pena de 20 a 30 anos para divulgação a governo estrangeiro (equiparada a traição nacional)
- Prazo de 5 anos para migração de dados estratégicos dos órgãos federais

PROPOSTA 68 – ARBORIZAÇÃO FRUTÍFERA – detalhamento

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Incentiva plantio de árvores frutíferas em espaço urbano para segurança alimentar.

- Obrigatoriedade de integração de espécies frutíferas nativas em planos diretores e políticas de arborização urbana
- Prazo de 2 anos para adequação dos municípios
- Colheita organizada de forma comunitária, com prioridade para escolas públicas e equipamentos de segurança alimentar

PROPOSTA 69 – ESTATUTO DA DIGNIDADE ANIMAL – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Institui o Estatuto da Dignidade Animal, estabelecendo normas obrigatórias para criação, transporte e abate de todas as espécies de produção.

- Reconhecimento formal dos animais como seres sencientes
- Princípio in dubio pro animal
- Eliminação progressiva do transporte de longa distância; abate on-farm ou em abatedouros regionais (raio máximo de 60 km)
- Vedação de gaiolas, celas de gestação, choques e ferrões
- Monitoramento por câmeras obrigatório
- Representante Legal do Bem-Estar Animal
- Prazo único de 5 anos para adequação de todos os empreendimentos • Elevação da pena para maus-tratos: reclusão de 2 a 5 anos

PROPOSTA 70 – PROJETO EDUCACIONAL "FORMANDO DONOS DO FUTURO" – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Institui programa com diretrizes, metodologias e inovações, detalhando estrutura de cada fase educacional, sistema de apoio contínuo e mecanismos de parceria.

- Erradicação do analfabetismo funcional e digital em 10 anos
- Educação Infantil (0-6): "Sementes Autônomas" – aprendizagem baseada em jogos, neurociência, Baby Tech Labs
- Ensino Fundamental (7-14): "Donos do Saber" – Mastery Learning, plataforma nacional de IA
- Ensino Médio (15-17): "Donos do Futuro" – currículo flexível com rotas acadêmica, técnica e empreendedora

• Ensino Superior (18+): "Donos da Inovação" – micro graduações modulares, "Universidade sem Fronteiras"

• Direito à educação integral em tempo integral nas redes públicas • Vinculação de parcela dos royalties de petróleo, gás e recursos não renováveis ao financiamento

• Fundo Nacional de Educação Integral (FNEI)

• Currículo: núcleo nacional comum (60%) + componente regional diversificado (40%)

• Síntese entre excelência técnica (Matemática, Ciências, Tecnologia) e pedagogia freireana

• Meta de 5.000 unidades em funcionamento até 2035

PROPOSTA 71 – EDUCAÇÃO: CIEPs PAULO FREIRE – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Recria modelo de escolas integrais com atividades culturais e esportivas.

• Direito à educação integral em tempo integral nas redes públicas • Vinculação de parcela dos royalties de petróleo, gás e recursos não renováveis ao financiamento

• Fundo Nacional de Educação Integral (FNEI)

• Currículo: núcleo nacional comum (60%) + componente regional diversificado (40%)

• Síntese entre excelência técnica (Matemática, Ciências, Tecnologia) e pedagogia freireana

• Meta de 5.000 unidades em funcionamento até 2035

PROPOSTA 72 – CRECHES VIVAS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Transforma creches em espaços comunitários com participação familiar.

• Abordagem sistêmica integrando educação, assistência social e saúde • Adicional de até 30% dos recursos do FUNDEB para formação continuada,

contratação de psicólogos e assistentes sociais, e estruturação de espaços terapêuticos
• Espaços de educação ao ar livre, hortas, áreas verdes
• "Jardim das Constelações" para acolhimento de famílias
• Projeto-piloto de 12 creches para validação da metodologia
• Meta de 600 unidades em 5 anos em áreas de vulnerabilidade social

PROPOSTA 73 – VILAS SUSTENTÁVEIS ECOLÓGICAS URBANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA – detalhamento completo

Tipo: PEC + PLP + PL

1. VERTICALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA DAS FAVELAS

- Cria o Programa Nacional de Urbanização Verticalizada e Democrática (PNUVD), com prioridade para comunidades em áreas de vulnerabilidade social.
- Verticalização com prédios de até 5 pavimentos, otimizando o solo e liberando áreas para equipamentos públicos.
- Cada complexo deve conter: Escola de Ensino Fundamental e creche (CIEPs Paulo Freire – P. 71); UPA 24h e UBS (SUS Digital 360 – P. 76); comércio local; lazer (piscina, quadra, campo, biblioteca, horta vertical).
- Financiamento: Fundo Nacional de Reparação do Patrimônio Público (P. 62), FNHIS e contrapartidas.

2. GESTÃO COMUNITÁRIA – Conselho Gestor Comunitário:

• 50% moradores eleitos; 25% poder público; 25% sociedade civil. • Autonomia para gerir orçamento comunitário (IPTU, ISS, ICMS revertidos em Fundo Comunitário), definir prioridades e aplicar regras de convivência.

3. REGRAS DE CONVIVÊNCIA HUMANIZADA (inspiradas na cultura chinesa):

• Convívio e Respeito: vedação a discriminação e violência; mediação comunitária. Penalidades progressivas (advertência → multa → suspensão). •

Barulho e Sossego: silêncio 22h-7h e 12h-14h; volume máximo 40 dB interno, 55 dB externo. Penalidades (advertência → multa → processo de perda da moradia). • Uso dos Espaços Comuns: agendamento prévio; limpeza compartilhada. Penalidades (suspensão → multa → perda do direito de uso).

- Higiene e Conservação: descarte correto de lixo e coleta seletiva; animais com coleira. Penalidades (advertência → multa + serviço comunitário → multa + processo de perda da moradia).
- Solidariedade: Banco de Horas Comunitárias; prioridade a idosos e

vulneráveis. **4. PERDA DA MORADIA E COMPRA PELO ERÁRIO:**

• Decisão fundamentada do Conselho Gestor, com ampla defesa e recurso. • Imóvel adquirido pelo Fundo de Reparação do Erário (P. 62) pelo valor de mercado, descontados danos e multas.

- Destinado a nova família da fila de espera.

5. ECONOMIA LOCAL E GERAÇÃO DE RENDA:

- Incentivo a cooperativas de serviços; prioridade ao comércio local em licitações; capacitação profissional (P. 70) dentro do complexo.

IMPACTO: Fim das favelas desordenadas; redução da desigualdade; economia local fortalecida; disciplina e cidadania; modelo replicável em todo o território nacional.

#SomosUmSóPovo #MoradiaDigna

PROPOSTA 74 – SUS CONTRA FRAUDE – detalhamento

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Sistema de inteligência para identificar fraudes em saúde suplementar. Cria o Sistema Nacional de Proteção Social do Idoso e Combate à Fraude no SUS ("SUS Justo").

- Pagamento automático e integral de benefícios via contratos inteligentes (smart contracts)
- Blockchain pública para registro imutável de transações
- IA preditiva para identificar vulnerabilidade social e sanitária
- Fundo Soberano de Lastro Múltiplo (títulos públicos, participação em estatais,

ativos verdes)
- Conselho Deliberativo Nacional com composição majoritária (51%) de beneficiários eleitos
- Atendimento prioritário integral (fila zero) para idosos
- Economia anual estimada com redução de fraudes: R$ 50

bilhões **#SUSJusto #CombateÀFraude #SaúdeParaTodos**

PROPOSTA 75 – PATENTES DE MEDICAMENTOS – detalhamento

Tipo: PL

Ementa: Flexibiliza patentes de medicamentos essenciais para produção pública.

- Regulamentação do licenciamento compulsório por interesse público • Hipóteses: emergências sanitárias, necessidade de acesso a medicamentos essenciais pelo SUS, alto ônus para as finanças públicas, abuso de poder econômico
- Processo administrativo com prazo máximo de 90 dias
- Criação de Câmara Técnica Permanente para monitoramento de patentes em saúde
- Reinvestimento dos recursos economizados em pesquisa e no SUS

PROPOSTA 76 – PLATAFORMA SUS DIGITAL 360 – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Integra todos os serviços de saúde em plataforma digital única.

- Prontuário Eletrônico Nacional (PEN) com interoperabilidade semântica e técnica (padrão FHIR)
- Controle do cidadão sobre seus dados: consulta integral, definição dinâmica de permissões
- Chave de emergência: acesso a resumo crítico em situações de risco

iminente • Módulo de Vigilância em Saúde Pública com dados agregados e anonimizados • Criptografia ponta a ponta e autenticação de dois fatores (2FA) • Blockchain para auditoria imutável de acessos
• Prazo de 36 meses para adequação dos entes federativos

PROPOSTA 77 – SISTEMA INTEGRADO DE DIAGNÓSTICO PRECOCE – detalhamento

Tipo: PL

Ementa: Usa IA para diagnóstico precoce de doenças em unidades básicas.

• Programa Brasil 2035: elevar investimentos em CT&I para 2% do PIB até 2030 • Sistema Integrado de Diagnóstico Precoce e Personalizado (SIDP) • Biosensores multiplexados com nanopartículas e peptídeos antimicrobianos • Dispositivo portátil de baixo custo (BioChip) para testes rápidos • Inteligência artificial preditiva para análise de dados clínicos e genéticos • Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável (CNCTI)

PROPOSTA 78 – INCLUSÃO DAS PRÁTICAS ANCESTRAIS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP

Ementa: Reconhece e incorpora práticas tradicionais de saúde no SUS.

• "O SUS integrará, em sua rede de atenção à saúde, as práticas ancestrais de tratamento com plantas medicinais, respeitados os saberes tradicionais" • Criação do Instituto Nacional de Bioeconomia Amazônica (INBA) • Consentimento prévio, livre e informado (CPLI) para comunidades tradicionais • Registro Nacional de Saberes Bioculturais
• Repartição de benefícios: pagamento inicial não royalty (10 salários-mínimos por comunidade), royalties mínimos de 15% sobre receita líquida de produtos derivados
• Recursos mínimos anuais: 1,5% da receita corrente líquida da União

PROPOSTA 79 – PET AMIGO – detalhamento

Tipo: PL

Ementa: Hospital Público, programa de adoção animal com apoio veterinário gratuito.

• Rede de Atenção Animal Integrada: Hospitais Veterinários Públicos, Centros de Atenção Animal e Bem-Estar (CAAB), Unidades Móveis Veterinárias • Atendimento gratuito para famílias inscritas no CadÚnico
• Urgência e emergência veterinária: atendimento imediato a qualquer animal, independente de renda
• Microchipagem e registro obrigatórios
• Programa de adestramento e educação com métodos positivos

PROPOSTA 80 – FIM DO PLANO DE SAÚDE NOS TRÊS PODERES – detalhamento

Tipo: PL

Ementa: Unifica sistema de saúde para todos os poderes no SUS, extinguindo planos privados.

• Transição progressiva de 5 anos do sistema de assistência à saúde dos servidores dos Poderes da União para o SUS
• Criação do Fundo de Fortalecimento do SUS (FF-SUS) com R$ 15 bilhões anuais • Aplicação dos recursos: 40% em infraestrutura de média e alta complexidade, 30% em atenção primária, 20% em gestão, tecnologia e inovação, 10% em valorização de profissionais
• Servidores que optarem por manter planos privados poderão deduzir até 30% no Imposto de Renda

PROPOSTA 81 – POLÍTICA DE DANOS NO SUS – detalhamento

Tipo: PEC + PLP + PL

Ementa: Implementa programa baseado em evidências científicas para abordagem do uso de drogas com foco na redução de danos e cuidado integral.

- Subsistema de Atenção Integral e Redução de Danos (SAIRD)
- Política Nacional de Redução de Riscos e Danos (PNRRD)
- Criação da figura jurídica do "uso assistido"
- Centros de Atendimento Integrado (CAIs) vinculados aos CAPS • Equipes multiprofissionais de abordagem territorial
- Projetos-piloto de 24 meses avaliados independentemente por universidades

PARTE III – CLASSIFICAÇÃO COMPLETA DAS PROPOSTAS

RESUMO ESTATÍSTICO GERAL

Parte	Quantidade de Propostas
I - Reforma Administrativa e do Serviço Público	8
II - Reforma do Poder Judiciário	10
III - Reforma do Poder Legislativo	5
IV - Combate à Corrupção e Crimes Graves	10
V - Reforma Tributária, Econômica e Financeira	13
VI - Direitos Sociais, Trabalho e Previdência	13
VII - Saúde Pública e Políticas de Drogas	8

VIII - Meio Ambiente, Sustentabilidade e Recursos Naturais	5
IX - Tecnologia, Comunicação e Inovação	7
X - Controle de Armas e Segurança Pública	1
XI - Defesa e Soberania Nacional	2
TOTAL	**81**

CLASSIFICAÇÃO POR TIPO DE PROJETO

Tipo de Projeto	Quantidade
PEC (Proposta de Emenda à Constituição)	71
PLP (Projeto de Lei Complementar)	73
PL (Projeto de Lei Ordinária)	65
Total de proposições	**209**

PARTE IV – MECANISMOS DE CONTROLE E RESPONSABILIZAÇÃO

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE SOBRE O PATRIMÔNIO PÚBLICO (CNVPP)

- Mapear integralmente privatizações, concessões e renúncias fiscais entre 1985 e 2025
- Identificar agentes públicos e privados responsáveis por atos

lesivos • Quantificar com precisão os danos ao erário em cada caso
• Propor ações de responsabilização civil e administrativa

AUDITORIA PERMANENTE E CONTROLE SOCIAL

• Auditoria contínua da CGU e do TCU
• Painel de transparência ativa com dados em tempo real
• Conselhos gestores com participação paritária da sociedade civil

Este documento consolida a íntegra das 81 propostas legislativas que compõem o Projeto de Lei de Iniciativa Popular para a Reforma Administrativa, do Judiciário e Reparação Histórica do Erário.

#SomosUmSóPovo

CORREÇÃO DOS VALORES ARRECADADOS/RECUPERADOS COM O PROJETO

****Formato equivalente ao Diagnóstico (1985–2025)****

| Categoria de Arrecadação/Recuperação | Descrição | Estimativa anual |

|---|---|---|

| Economia com reformas | Corte de gastos com Saúde, Educação, Segurança, Assistência e Controle | R$ 44 bi a R$ 65 bi |

| Arrecadação CSRP (Proposta 18) | Contribuição sobre rendas passivas, lucros, dividendos, aluguéis, aplicações, heranças e ganhos de capital | R$ 150 bi a R$ 200 bi |

| CIDE-Reciclagem (Proposta 44) | Contribuição para infraestrutura de reciclagem, cooperativas e educação ambiental | R$ 3 bi a R$ 5 bi |

| IPVA Luxo (Proposta 33) | Alíquotas progressivas sobre veículos de luxo, aeronaves e embarcações | R$ 5 bi |

| Confiscos e multas | Recuperação de ativos, multas e indenizações | R$ 20 bi a R$ 40 bi (média) |

| **TOTAL ESTIMADO | | **Piso: R$ 222 bi/ano** **Teto: R$ 315 bi/ano** |**

Memória de cálculo

- **Piso:** 44 + 150 + 3 + 5 + 20 = **R$ 222 bilhões/ano**

- **Teto:** 65 + 200 + 5 + 5 + 40 = **R$ 315 bilhões/ano**

Impacto acumulado em 5 anos

- **Piso:** 222 × 5 = **R$ 1,11 trilhão**

- **Teto:** 315 × 5 = **R$ 1,575 trilhão**

Comparativo com o passivo histórico

- Passivo total (1985–2025): **R$ 1,1 trilhão**

- Cobertura em 5 anos:

  - Piso: **100,9%** do passivo histórico

  - Teto: **143,2%** do passivo histórico

> **Onde o documento original trazia “TOTAL (piso) ~202” e “TOTAL (teto) ~275”, leia-se:**

> - **TOTAL (piso): R$ 222 bilhões/ano**

> - **TOTAL (teto): R$ 315 bilhões/ano**

>

> Consequentemente, o acumulado em 5 anos não é **R$ 1,01 trilhão**, mas:

> - **R$ 1,11 trilhão (piso)**

> - **R$ 1,575 trilhão (teto)**